

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Luiz Lopes

**A PRÁTICA HISTÓRICA DE MICHEL FOUCAULT NA CÁTEDRA
HISTÓRIA DOS SISTEMAS DE PENSAMENTO NO COLLÈGE DE FRANCE
DE 1970 A 1975**

PORTO ALEGRE – RS

2011

Luiz Guilherme Holleben Lopes

**A PRÁTICA HISTÓRICA DE MICHEL FOUCAULT NA CÁTEDRA
HISTÓRIA DOS SISTEMAS DE PENSAMENTO NO COLLÈGE DE FRANCE
DE 1970 A 1975**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado, como requisito à finalização
do curso de História, ao Departamento de
História da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, sob a orientação do Prof.
Drº. Fernando Nicolazzi.

UFRGS
Departamento de História – IFCH
Porto Alegre – RS
2011

SUMÁRIO

Resumo/Abstract	1
INTRODUÇÃO	2
CAPÍTULO I	
<i>I – A arqueologia, o saber e a noção de acontecimento discursivo</i>	9
<i>II – Foucault, Nietzsche e a genealogia</i>	19
<i>III – Por uma microfísica do poder</i>	25
CAPITULO II	
<i>I – Eleição ao Collège de France e a ordem do discurso</i>	33
<i>II – Os cursos no Collège de France 1971-1973: a matriz Poder-Saber de nosso conhecimento</i>	41
<i>III – Os cursos no Collège de France 1973-1975: o saber médico-psiquiátrico e o poder disciplinar</i>	48
<i>IV – Em defesa da sociedade: o discurso histórico como arma política</i>	52
CONCLUSÃO	62
BIBLIOGRAFIA	71

Resumo

O presente trabalho discute o pensamento histórico do filósofo francês Michel Foucault. Desde a década de 60 o pensador marca seu território no debate historiográfico com inúmeras obras inovadoras. Entretanto, minha investigação se concentra no momento em que o autor desempenha a atividade de professor de uma cátedra intitulada História dos sistemas de pensamento no *Collège de France*. O problema central da pesquisa será desenvolver uma reflexão que dê conta dos usos e das concepções que o filósofo fez da disciplina histórica no período proposto. O objetivo é, através de uma leitura das principais questões que envolvem as propostas arqueológicas e genealógicas, dar uma compreensão ao discurso histórico foucaultiano dentro da articulação entre as suas concepções de poder e saber envolvidas sob o pano de fundo da verdade e do sujeito do conhecimento. O primeiro capítulo percorrerá estas questões de maneira geral dentro da produção intelectual foucaultiana enquanto a segunda parte será destinada ao estudo específico destas questões nas temáticas dos cursos ministrados anualmente entre o período de 1970 e 1975.

Abstract

The present study discusses the historical thinking of the French philosopher Michel Foucault. Since the 60's the thinker marks their territory in the historiographical debate with several innovative works. However, this research focuses on the moment in which the author performs the activity of being a professor in a cathedra entitled History of Systems of Thought at the *Collège de France*. The central problem of this work is to develop a reflection reporting the uses and conceptions with which the philosopher comprehended of the historical discipline in the period proposed. My aim is – by dint of a reading of the main issues surrounding the archaeological and genealogical projects – to provide an understanding of Foucault's historical discourse, underling the relationship between their conceptions of power and knowledge involved on the background of truth and knowledge of the subject. The first chapter will show these themes in a general manner within the Foucaultian intellectual production, whereas the second part will study these specific issues in the themes approached in his courses presented annually at the *Collège de France* between 1970 and 1975.

INTRODUÇÃO

“Eu me interessava muito pelo trabalho que os historiadores fazem, mas quero fazer outro”¹, diz Foucault quando questionado acerca de suas intenções enquanto historiador. A relação de Foucault com os historiadores foi sempre problemática, do mesmo modo como é a relação dos historiadores com sua obra. Apesar de escrever uma história aparentemente distanciada dos esquemas de categorias que caracterizam a filosofia, sua disciplina de formação, o autor ocupa um lugar ambíguo e incerto na cidade científica dos historiadores.

Mesmo assumindo fazer algo diferente dos historiadores, qualquer leitor pode observar que o tema da história foi central no projeto intelectual do autor, desde as suas primeiras publicações como *História da loucura* até os últimos volumes da *História da Sexualidade*. História é um termo recorrente e sólido, que agrupa os pressupostos e os métodos com os quais Foucault quis construir seus campos de pesquisa. Porém Foucault é com frequência tratado como um invasor do campo, como alguém que, inclusive, quis acabar com a História, mesmo que tenha dedicado toda a sua vida a fazê-la, tendo se mostrado um praticante criativo e um dos exemplos mais fascinantes da prática contemporânea desse saber. A analítica do objeto histórico do pensamento foucaultiano abriu novas formas de ver e dizer o passado para o ofício do historiador, assim como um novo campo de objetos de pesquisa para a prática da história. Qual seria, então, a perturbadora novidade da forma de tratar os objetos históricos que teria feito de Foucault um pensador incômodo, mesmo para seus detratores?²

Sempre preocupado em evitar rótulos ou definições para sua posição enquanto autor, porém sempre repensando e buscando a coerência de sua produção intelectual, Foucault, em suas primeiras obras (*História da Loucura, As Palavras e as Coisas*), é frequentemente associado às posturas estruturalistas correntes no cenário intelectual francês. O autor vê como problemática a relação entre dados conceituais e seus referentes materiais, ou, entre objetos e sujeitos. Foucault aprendeu, com o estruturalismo, a duvidar da transparência da linguagem, de sua capacidade de representar

¹ DROIT, Roger-Pol. *Michel Foucault: Entrevistas*. São Paulo, SP. Edições Graal, 2006, p. 69.

² ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru, SP. EDUSC, 2007, p. 150.

adequadamente o referente ou objeto a que se refere.³ Esta opacidade da linguagem surge de seu caráter iminentemente político, seu uso é dado de forma estratégica, segue orientações e interesses diversos no interior da sociedade ao longo da História. De certo modo, sobre essa problemática, é que irá se desdobrar a questão central do saber e poder, um dos eixos da obra do filósofo.

Se nos anos 60 vemos um Foucault preocupado com as estruturas internas de formação e rarefação dos discursos, empreendendo uma arqueologia das ciências humanas, nos anos 70 podemos observar uma guinada de interesse nos objetos de estudo do filósofo. A questão do poder começa a aparecer de maneira mais proeminente. É nesta década que Foucault nos dá, provavelmente, uma de suas reflexões mais profícuas sobre a História com a reativação da noção de *genealogia*, em ensaio intitulado *Nietzsche, a genealogia, a história* (1971). A retomada explícita de Nietzsche é uma crítica à história concebida como contínua e linear ou uma “pesquisa das origens”. Neste ensaio Foucault se coloca em oposição àquilo “que se chama habitualmente de história”, ou seja, uma história que teria por função recolher em uma totalidade bem fechada sobre si mesma a diversidade que nos permitiria nos reconhecermos em toda parte e dar a todos os deslocamentos passados a forma da reconciliação.⁴ Baseado na *Genealogia da Moral* de Nietzsche o autor propõe uma abordagem da história que abandona a busca das origens. Ou como o próprio autor nos coloca ao finalizar o seu ensaio:

As Considerações Extemporâneas falavam do uso crítico da história: tratava-se de colocar o passado na justiça, de cortar suas raízes com faca, destruir as venerações tradicionais a fim de libertar o homem e não lhe deixar outra origem senão aquela em que ele quer se reconhecer. Nietzsche criticava esta história crítica por nos desligar de todas as nossas fontes reais e sacrificar o próprio movimento da vida apenas à preocupação com a verdade. Vê-se que, um pouco mais tarde, Nietzsche retoma por sua conta própria o que ele então recusava. Ele o retoma, mas com uma finalidade inteiramente diferente: não se trata mais de julgar nosso passado em nome de uma verdade que o nosso presente seria o único a deter. Trata-se de arriscar a destruição do sujeito de conhecimento na vontade, indefinidamente desdobrada, de saber.⁵

³ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru, SP. EDUSC, 2007, p. 184.

⁴ FOUCAULT, Michel. “Nietzsche, a genealogia e a história”. IN: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, RJ. Edições Graal, 2008, p. 26.

⁵ FOUCAULT, Michel. “Nietzsche, a genealogia e a história”. IN: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, RJ. Edições Graal, 2008, p. 37.

A partir da década de 1970, dá-se um relutante reconhecimento dos aspectos históricos de sua obra. É nesta década que o autor se tornaria uma figura pública reconhecida pela intensa atividade de militância junto ao recém criado GIP (*Group de Information sur les Prisons*) e a sua eleição ao cargo de professor da cátedra da História dos Sistemas de Pensamento no *Collège de France*. Este curso será para Foucault o banco de ensaio das obras que ele fará surgir a partir daquele início dos anos setenta. Assim o quer a tradição da instituição. Nele se deve expor uma investigação em curso, “a ciência em germinação”, segundo a fórmula de Renan.⁶ Com a obrigação de apresentar uma nova pesquisa todos os anos Foucault expõe o material sobre o qual trabalha, formula hipóteses sobre as quais vem a refletir. Isso se converterá em *Vigiar e Punir* e *A vontade de saber*, e ainda nos dois últimos volumes da sua *História da Sexualidade*. Em sua aula inaugural, Foucault, implicitamente apresentou a “grandiosidade” de sua própria obra através de uma discussão da contribuição de Gregor Mendel à biologia. Nesse momento de máximo reconhecimento institucional, Foucault preferiu identificar-se com um marginal, um obscuro monge austríaco cujas contribuições para a sua disciplina permaneceram ignoradas até depois de sua morte.⁷

Foi no contexto de sua produção intelectual relacionada aos cursos ministrados anualmente sob a cátedra intitulada *História dos Sistemas de Pensamento*, entre os anos de 1970 e 1982, que busquei a minha fonte de estudo. Conforme nos coloca o historiador Fernando Nicolazzi:

A história dos sistemas de pensamento é o ponto de convergência, mais do que a transição, entre os posicionamentos arqueológico e genealógico. É o momento em que o saber escapa aos discursos e vai às ruas, ou melhor, quando ele é analisado segundo práticas e instituições diversas, através de experiências que transcendem o campo meramente discursivo e o inserem em relações de poder⁸

Partindo dessa afirmação pretendo percorrer uma parte da obra do filósofo Michel Foucault com o objetivo de compreender o título que deu a sua cátedra quando se candidatou ao cargo de professor deixado vago por Jean Hippolyte. Para isso entendi importante abordar algumas questões básicas que indicam, se não um método, algumas direções e pressupostos que baseiam a sua relação com seu principal objeto de estudo:

⁶ ERIBON, Didier. *Michel Foucault 1926 – 1984*. Edição “Livros do Brasil” Lisboa. Lisboa, 1990, p.248.

⁷ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru, SP. EDUSC, 2007, p. 119.

⁸ NICOLAZZI, Fernando. *As histórias de Michel Foucault*. Disponível em: <http://www.klepsidra.net/klepsidra12/foucault.html>. Acesso em: 23/10/2011.

os discursos. Para entender precisamente como Foucault concebe uma análise histórica estudando variados tipos de discursos abordarei especificamente dois pontos importantes relativos à sua *arqueologia do saber*: a noção de acontecimento discursivo e a sua relação com o documento. Nessa obra Foucault perpassa, esquematicamente, todos os pontos que possibilitam o seu método arqueológico dar conta dos discursos em seu nível de formação particular identificado como *saber*.

Tendo em vista a posição determinante dos pressupostos levantados no livro *A arqueologia do saber* (1969) pretendo analisar, então, como Foucault vai ativar o conceito nietzschiano de *genealogia* para a sua utilização em pesquisas históricas determinadas, concebendo assim, uma peculiar concepção de *poder*. É assim que podemos ver como o filósofo, em sua cátedra, vai tematizar com maiores precisões a articulação entre a formação de saberes e as relações de poder e a sua implicação na constituição de discursos verdadeiros e na construção de funções e posições para o próprio sujeito. Se nas obras da década de 60 encontramos um Foucault preocupado em analisar os princípios internos das formações discursivas, apontando as formas de regulação e rarefação dos discursos aparentemente desligando-os, porém nunca negando a incidência, das implicações externas que agem sobre eles; nos anos 70, sendo a *arqueologia* articulada ao olhar *genealógico* a questão do poder vai poder ser melhor delimitada nas análises. Desse modo, vai poder romper com aquelas visões que concebem o poder em suas funções estritamente negativas e repressivas, encarando-o pelos seus efeitos positivos.

Após ter percorrido esses pontos essenciais de sua obra, pretendo analisar propriamente o local onde Foucault apresenta suas pesquisas. A riqueza que os cursos ministrados por Foucault durante o período de 1970-1982 apresentam consiste na possibilidade de observar a oficina do seu pensamento. Nos livros, não é possível observar esse aspecto, pois eles têm uma formatação específica. Para tal, escolhi especificamente os cursos ministrados entre 1970, ano da aula inaugural, e 1976, quando Foucault faz a primeira interrupção nos cursos anualmente ministrados. São nestes primeiros cursos que o filósofo estabelece as diretrizes da sua análise dos *sistemas de pensamento*, bem como demonstram, no ponto de confluência das perspectivas arqueológica e genealógica, a concepção e a peculiar utilização que Foucault dá ao discurso histórico no seu pensamento. Os cursos serão abordados através de seus resumos, redigidos pelo próprio autor, e por aqueles cursos publicados integralmente. A publicação dos cursos de Foucault tem permitido observar uma face

pouco conhecida do pensador e de seu pensamento. Se nos seus livros encontrarmos as famosas três fases maiores do filósofo, nomeadas comumente como a fase arqueológica, a genealógica e a ética, nos seus cursos é possível romper com essa separação e encarar o projeto foucaultiano em sua amplitude, na sua preocupação em torno da posição da verdade e do sujeito. Preocupações que mostram sua formação filosófica, mas que são abordadas através de uma meticulosa e rica análise histórica.

Para isso, tomarei em um primeiro momento a sua eleição ao cargo de professor através de sua proposta de ensino e de sua aula inaugural, intitulada *A ordem do discurso*, onde teve de apresentar claramente à comunidade de professores da instituição francesa sua obra e suas intenções para a cátedra. Na sequência, a análise dos próprios cursos: *A vontade de saber* (1970-1971), *Teorias e instituições penais* (1971-1972), *A sociedade punitiva* (1972-1973), *O poder psiquiátrico* (1973-1974), *Os anormais* (1975), e *Em defesa da sociedade* (1976). Ao final do trabalho, dou maior atenção ao último curso ministrado no período aqui destacado: o curso que foi apresentado em seu resumo e posteriormente publicado com o nome de *Em defesa da Sociedade* se distingue pelo longo elogio feito através da pesquisa e da identificação de um discurso histórico, entre os séculos XVII-XVIII, identificado como uma “contra-história”. Neste curso podemos dar uma compreensão da utilização que Foucault dá ao seu discurso histórico neste período de sua obra em que está preocupado com a análise das muitas dimensões do poder, seus desdobramentos e seus efeitos em áreas e níveis distintos da sociedade.

Meu problema é, portanto, de que forma, na série de conferências ministradas por Michel Foucault entre 1970 e 1975 no *Collège de France*, o tratamento dado à problemática do poder e do saber com o pano de fundo das questões do sujeito e da verdade indicam a constituição do projeto de sua disciplina *História dos sistemas de pensamento*. Sempre levando em conta a articulação dada aos pressupostos do seu projeto arqueológico e da sua genealogia das tecnologias de poder, pretendo determinar alguns pontos que dão possibilidade de compreensão para a visão e a utilização que Foucault dava ao discurso histórico através da apresentação de suas pesquisas na instituição de ensino francesa.

O trabalho encontra-se estruturado, então, em dois capítulos. O primeiro será dedicado a esclarecer, de maneira geral, as duas propostas de análise lançadas pelo filósofo francês em sua obra: a arqueologia e a genealogia. No primeiro item deste capítulo será feita uma leitura da proposta arqueológica através das noções de

documento e de acontecimento discursivo para, assim, isolar a especificidade que esta análise de discursos encontra no nível do saber. O segundo item deste capítulo diz respeito à leitura que Foucault faz do conceito nietzschiano de genealogia. A partir desta breve apresentação do método genealógico, tendo mapeado as questões relativas ao saber, é que poderemos levantar, no terceiro tópico, alguns pontos que considero essenciais dentro da inovadora concepção de poder formulada por Foucault. Este capítulo apresenta-se, portanto, como preliminar para a segunda parte do trabalho onde serão analisados os próprios resultados das pesquisas e concepções foucaultianas.

O segundo capítulo do trabalho será destinado ao estudo da produção intelectual do filósofo francês sob a cátedra de História dos sistemas de pensamento. No primeiro tópico abordarei a sua eleição ao cargo de professor, bem como as diretrizes da disciplina apontadas por Foucault em sua aula inaugural. Nos três tópicos seguintes analisarei a temática dos cursos ofertados anualmente entre o período de 1970-1975 relacionando-os com as questões principais levantadas na primeira metade do trabalho.

Serão revisadas, então, tanto obras específicas de Michel Foucault - que ajudam a situar o curso ministrado pelo filósofo no contexto de sua produção intelectual – como textos que fazem uma leitura da problemática que pretendo abordar. É no período da década de 1970, e especificamente a partir de sua eleição ao cargo de professor no *Collège de France*, que o autor começa a traçar os caminhos a serem percorridos em suas pesquisas sobre o funcionamento do poder na sociedade ocidental no devir da modernidade.

No entanto, como já comentado no texto, o livro *A arqueologia de saber* se mostra indispensável para o trabalho. Nesta obra o autor vai compreender o discurso na sua condição de existência, ou seja, é preciso tratá-lo segundo o que tornou possível seu acontecimento e, também, as regras que possibilitam com que ele apareça e não outro em seu lugar. Deste modo, na obra de 1969, direciona o método arqueológico como análise do “objeto discurso”, estabelecendo uma investigação que não procura encontrar princípios de unidade nos discursos, que pudessem associar um discurso com outro, mas analisa-o como pura dispersão, ou seja, atitude que significa individualizá-lo para descrevê-lo em sua singularidade. Embora, Foucault compreenda o discurso como dispersão, isso não o impossibilita de analisá-lo em sua constituição. Diante disso, o autor apresenta na *Arqueologia do Saber* quatro níveis: objetos, tipos de enunciação, conceitos e estratégias. São estes elementos que permitem compreender a dispersão do

discurso. Isso é possível, porque esses níveis são regulados em seu aparecimento e transformação por regras que os constituem. É através da noção de arqueologia e da singular análise que lança no estudo das discursividades que Foucault vai instrumentalizar a sua pesquisa histórica e a leitura das fontes que utiliza.

Neste ponto, o livro do filósofo brasileiro Roberto Machado *Ciência e Arqueologia*, onde faz um detalhado percurso através das primeiras obras de Foucault até *A arqueologia do saber*, serviu de auxílio para a compreensão dos principais pontos da proposta arqueológica e de como ela funcionou efetivamente nas pesquisas anteriores de Foucault.

Para abordar a questão de sua concepção de *poder*, se mostraram de grande importância a série de entrevistas publicadas no livro *Microfísica do Poder*. Apesar de Foucault nunca ter elaborado um teoria do poder, a riqueza e a grande quantidade de entrevistas nos dão possibilidade de esboçar – ainda que de maneira fragmentária –, os contornos que essa temática assume em sua obra. Neste livro também se encontra publicado o ensaio em que Foucault lança o conceito nietzschiano de genealogia que determinará todas as suas pesquisas daquele momento em diante. A grande quantidade de entrevistas concedidas pelo pensador e publicadas postumamente sob organização de seu companheiro Daniel Defert nos volumes intitulados *Ditos e Escritos* também facilitaram um novo olhar para o pensamento foucaultiano e, conseqüentemente, para este trabalho.

Pretendo assim, através deste período determinado no *Collège de France*, fazer uma modesta reflexão sobre o privilegiado espaço que o filósofo concedeu à prática histórica em seu pensamento. Tento assim, esclarecer algumas questões que normalmente servem de impasse para um contato mais franco entre Foucault e os historiadores. Cabe lembrar que a reflexão aqui contida não tem pretensões de dar a figura definitiva da concepção que o filósofo construiu para a sua prática historiográfica, pelo contrário, enquanto uma pesquisa de caráter histórico a respeito do pensamento de um autor, trata de um momento específico, porém, não menos importante, em que Foucault demonstra uma das inúmeras transformações e atualizações que dá ao seu pensamento.

CAPÍTULO I

I – A arqueologia, o saber e a noção de acontecimento discursivo.

A *Arqueologia do Saber* é um livro intrinsecamente ligado às pesquisas históricas empreendidas anteriormente por Foucault de forma que é impossível compreender seu significado e sua funcionalidade sem remeter-se a elas.⁹ Porém, este livro não é uma revisão dos resultados obtidos até o momento, mas a efetuação da análise de um projeto que sofreu críticas e mais uma vez se avalia para estabelecer novos princípios e determinar sua especificidade.

Neste livro Foucault situa sua pesquisa no campo da História, mais especificamente no campo da História das Ideias. É a partir daí que surgem as questões que apontam sua empresa na direção da Arqueologia. Portanto, trata-se sempre de análise de discursos, porém a novidade desta análise situa-se em abordar os discursos em um nível anterior a certas classificações que, segundo o autor, são comuns às análises de discursos científicos como a Epistemologia e a História das Ciências. É através da introdução do conceito de descontinuidade que a abordagem se efetiva. Conceito que, como Foucault entendia, as disciplinas históricas passaram a encarar como prática, não mais como desafio. Conforme especifica em 1968, em resposta ao “Círculo Epistemológico”¹⁰, ele exerce tripla função: 1) não representa mais, no discurso do historiador, o elemento de exterioridade que vem a ser suprimido, mas uma opção deliberada do historiador a fim de definir os níveis possíveis de análise, os métodos adequados, e as periodizações que lhes convém; 2) rompendo com o estigma da continuidade busca as diferentes séries, os limites de um processo, os pontos de inflexão. Para a história em sua forma clássica o descontínuo era simultaneamente o dado e o impensável: o que se oferecia sob a forma de acontecimentos, ideias ou práticas dispersas; era o que devia ser contornado, reduzido, apagado pelo discurso da história, para que aparecesse a continuidade dos encadeamentos; 3) O conceito que o trabalho não deixa de especificar, pois não se pode falar em uma mesma descontinuidade ao tratar de diferentes objetos. Conceito, pois, paradoxal: é objeto e

⁹ MACHADO, R. *Ciência e Saber: A trajetória arqueológica de Foucault*. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1981, p. 161.

¹⁰ Encontro realizado com o “Círculo de Epistemologia” da revista *Cahiers pour l’analyse* para discutir a teoria e o método de Foucault, assim como a sua definição de ciência e história, a partir dos livros *História da Loucura*, *Nascimento da Clínica* e *As palavras e as coisas*. A discussão se deu no verão de 1968 e teve como resultado a publicação de *A arqueologia do saber*, em 1969.

instrumento de pesquisa, já que delimita o campo de uma análise da qual ela é o efeito, e porque não é simplesmente um conceito no discurso do historiador, mas aquilo que ele supõe. De onde ele poderia falar, de fato, senão a partir dessa ruptura que lhe oferece como objeto a história – e sua própria história?¹¹

A especificidade da Arqueologia em relação à história praticada no campo da História das Ideias estaria situada nesta prática e nesta mudança de estatuto da descontinuidade, tornando-se elemento fundamental da análise histórica. Longe da tradição, dos fundamentos que do longínquo se perpetuam até o nosso presente, a lenta evolução de um conhecimento à sua maturação como ciência, identificar nos recortes e nos limites os pontos de transformação que valem como renovação dos fundamentos.

Há uma razão para isso. Se a história do pensamento pudesse permanecer como o lugar das continuidades ininterruptas, se ela unisse, continuamente, encadeamentos que nenhuma análise poderia desfazer sem abstração, se ela tramasse, em torno do que os homens dizem e fazem, obscuras sínteses que a isso se antecipam, o preparam e o conduzem, indefinidamente, para seu futuro, ela seria, para a soberania da consciência, um abrigo privilegiado. A história contínua é o correlato indispensável à função fundadora do sujeito: a garantia de que tudo que lhe escapou poderá ser devolvido; a certeza de que o tempo nada dispersará sem reconstituí-lo em uma unidade recomposta; a promessa de que o sujeito poderá, um dia - sob a forma da consciência histórica -, se apropriar, novamente, de todas essas coisas mantidas a distância pela diferença, restaurar seu domínio sobre elas e encontrar o que se pode chamar sua morada.¹²

O que Foucault pretendeu elidir das pesquisas que empreendeu e do método que especificava em *Arqueologia do Saber* é atividade sintética do sujeito que faz da consciência humana o tema originário de qualquer saber e prática. Assim, romper com noções como as de autor, obra, livro; ou as que separam discursos por gêneros ou tipos como filosofia, literatura; ou mesmos a clássica divisão entre ciência e conhecimento. Foucault em certo ponto do livro se questiona sobre o que poderia oferecer a arqueologia que outras descrições não seriam capazes de oferecer. Estaria ele se inserindo de maneira insegura no domínio da História das Ideias? Entre as duas, o autor estabelece quatro diferenças capitais.

A primeira diz respeito à noção de documento: não trata o discurso como signo de outra coisa que seria preciso atravessar para buscar o essencial, a voz de algo já

¹¹ FOUCAULT, Michel. “1968 – Sobre a Arqueologia das Ciências. Resposta ao Círculo de Epistemologia”. IN: *Ditos e Escritos II. Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2005, p. 85.

¹² FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997, p. 14.

esquecido, mas através dele decifrável. A Arqueologia não busca a interpretação do documento nem a veracidade do que ele diz, mas tem por objetivo trabalhá-lo no interior e elaborá-lo: recortá-lo, distribuí-lo, definir no tecido documental o que é pertinente do que não é, identificar elementos, definir unidades, descrever relações.¹³

Logo, por segundo, o problema dela é definir os discursos em sua especificidade, mostrar em que sentido o jogo das regras que utilizam é irreduzível a qualquer outro. Seguir ao longo de seu exterior para melhor salientá-los: uma análise diferencial das modalidades de discurso.¹⁴

Terceira diferença: não remeter a instância criadora do sujeito ou da obra. Como já esboçado anteriormente estas categorias não têm pertinência enquanto unidade de análise, já que elas mesmas são categorias reflexivas historicamente datáveis, fatos de discurso que, por sua vez, merecem ser analisados ao lado de outros, que mantêm certamente com eles relações complexas, mas que não têm características intrínsecas autóctones e universalmente reconhecíveis.¹⁵

Por quarto, a arqueologia não busca desvelar o instante criador do discurso, o não-dito e o impensado do autor do discurso, o momento em que o pensamento encontra-se mais próximo do fundamental; extrair do discurso, daquilo que foi pronunciado, a identidade do autor. Foucault entende que a arqueologia deve acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimento, na pontualidade em que aparece e que caracteriza cada um.

Como reencontrar então, tendo suspenso todas as formas de unidades que a História das Ideias atribuía a sua análise, a unidade que permitiria destacar o objeto para a análise arqueológica? Será preciso admitir que dentro desta dispersão, os discursos não possuem nenhum princípio de unidade, é daí que surge a ideia de analisá-los ao nível da formação de seus objetos, dos tipos de enunciação, dos conceitos básicos e dos temas possíveis. A dita unidade de um discurso é, na verdade, uma formação discursiva dentro de uma dispersão de elementos.¹⁶ Dentro desta dispersão, o que se torna passível de individualização são os discursos entendidos como conjunto de enunciados determinados por certas regularidades discursivas. Restituir ao enunciado sua

¹³ Ibid., p. 7.

¹⁴ Ibid., p. 158.

¹⁵ FOUCAULT, Michel. "1968 – Sobre a Arqueologia das Ciências. Resposta ao Círculo de Epistemologia". IN: *Ditos e Escritos II. Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2005, p. 88.

¹⁶ MACHADO, R. *Ciência e Saber: A trajetória arqueológica de Foucault*. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1981, p. 162.

singularidade de acontecimento: como ocorre que tal enunciado tenha surgido, qual é essa irregular existência que emerge no que se diz – e nenhum outro lugar?¹⁷ Dentro do material a ser trabalhado, uma população de acontecimentos no espaço de existência do discurso, o projeto de uma descrição pura da emergência dos enunciados possíveis, enquanto fatos de discurso. Estudar os discursos que foram efetivamente pronunciados em sua materialidade, não discursos possíveis para os quais se estabeleceriam princípios de verificabilidade ou validade. A introdução do termo *enunciado* é indispensável para que se possa definir com precisão o objeto de análise da arqueologia: um conjunto de enunciados que tem seus princípios de regularidade em uma mesma função discursiva.¹⁸

A análise arqueológica, portanto, explicita sua condição de possibilidade pela definição do discurso como um conjunto de enunciados e seu princípio de unidade se dá na positividade que o caracteriza. Positividade entendida como o jogo dos enunciados possíveis que determinam as formações discursivas. Conjuntos de enunciados poderiam, assim, ser determinados para, então, estabelecer entre eles relações coerentes. Foucault estabelece em *A arqueologia do saber* quatro níveis possíveis de caracterização do discurso: dos objetos, das enunciações, dos conceitos e, por fim, das estratégias. A partir disso podemos vislumbrar a obra de Foucault de forma mais abrangente e em seu aspecto de projeto.

Em *História da loucura* o problema maior era a emergência dos objetos e, assim, a análise procurou definir as regras de formação dos objetos para individualizar o discurso sobre a loucura. Em *Nascimento da clínica* a questão importante eram as modificações que se efetuaram no discurso médico nos tipos de enunciação procurando, sobretudo, definir a regularidade que presidia essas modificações. Já *As palavras e as coisas* privilegiou o estudo das regras de formação dos conceitos que se prestavam melhor a inter-relação dos saberes que se pretendia.

Vê-se então, através da proposta arqueológica, que não existe incompatibilidade entre análise do discurso e descrição dos enunciados. Os discursos são analisados ao nível do enunciado e o que circunscreve, delimita e regula um grupo de enunciados é uma formação discursiva.¹⁹

¹⁷ FOUCAULT, Michel. “1968 – Sobre a Arqueologia das Ciências. Resposta ao Círculo de Epistemologia”. IN: *Ditos e Escritos II. Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2005, p. 93.

¹⁸ MACHADO, R. *Ciência e Saber: A trajetória arqueológica de Foucault*. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1981, p. 170.

¹⁹ *Ibid.*, p. 170.

Ponto importante: a análise arqueológica, enquanto descrição dos discursos, não pretende se fechar em seu interior. Nas pesquisas até então empreendidas por Foucault, sempre houve a preocupação de se articular o acontecimento discursivo com o não discursivo, as formações discursivas com as não discursivas; porém em graus e de maneiras variadas. O motivo, conforme o autor coloca em *A arqueologia do saber*, é que nem toda formação discursiva é do mesmo modo permeável aos acontecimentos de ordem não discursiva.

A arqueologia faz também com que apareçam relações entre as formações discursivas e domínios não discursivos (instituições, acontecimentos políticos, práticas e processos econômicos). Tais aproximações não têm por finalidade revelar grandes continuidades culturais ou isolar mecanismos de causalidade. Diante de um conjunto de fatos enunciativos, a arqueologia não se questiona o que pôde motivá-lo (esta é a pesquisa dos contextos de formulação); não busca, tampouco, encontrar o que neles se exprime (tarefa de uma hermenêutica); ela tenta determinar como as regras de formação de que depende – e que caracterizam a positividade a que pertence – podem estar ligadas a sistemas não discursivos; procura definir formas específicas de articulação.²⁰

Desta forma o discurso é concebido como uma prática determinada por um conjunto dado de regras como sistema de relações. Considerar o discurso como prática significa defini-lo como um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada e para determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de existência da função enunciativa.²¹

Em suas análises arqueológicas, Foucault privilegiou os discursos científicos, ou os que se pretendem tal. Mas isso deve-se ao fato da facilidade de identificar e determinar as relações arqueológicas entre os quatro diferentes níveis de formação em discursos que procuram se dar normas de verificação e coerência. Isso nos permite compreender de que forma a ciência não é propriamente seu objeto de estudo. Isso o situaria em uma posição necessariamente arbitrada pela relação verdade/erro, racional/irracional, científico/não-científico. Enquanto a Epistemologia situaria sua análise no limiar de cientificidade de um discurso, a Arqueologia repousa sua análise no limiar de positividade; os sistemas de positividade não são leis de inteligibilidade, são leis de formação. Quando a Arqueologia descreve uma formação discursiva, determinando em seus quatro níveis as regras de formação, o que está sendo definido

²⁰ FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997, p. 184.

²¹ *Ibid.*, p. 158.

não é uma ciência, mas sim um saber: ou seja, o conjunto assim formado a partir do sistema de positividade e manifesto na unidade de uma formação discursiva. Analisar as formações discursivas, a positividade e o saber que lhe são correlatos é dar conta dos discursos em um campo de determinação histórica, na sua aparição, persistência, transformação, apagamento, sendo eles científicos ou não. “Em uma só palavra, o saber não é a ciência no deslocamento sucessivo de suas estruturas internas, é o campo de sua história efetiva”.²²

Encarando o seu próprio discurso como acontecimento, Foucault, na introdução de seu livro, situa a especificidade das pesquisas e da prática que tenta explicar na mutação epistemológica que a disciplina da História estava sofrendo.²³ Ele provavelmente se referia as conquistas empreendidas pela Escola dos Annales, mas também nomeava trabalhos como os de Bachelard, Canguilhem, Guérout e Althusser com particular importância. Ao tentar definir o “espaço em branco” de onde emite seu discurso, o autor não deixa de mostrar certa insegurança. Na conclusão do livro, estabelece um diálogo fictício consigo mesmo questionando-se até que ponto as pesquisas que empreendeu constituíram uma atividade propriamente filosófica (ou, permeada pelas questões e métodos da análise estrutural²⁴) ou uma prática histórica: “De qualquer maneira, você é obrigado a nos dizer o que são esses discursos que você se obstina, há 10 anos em pesquisar, sem nunca ter tomado o cuidado de estabelecer sua identidade [...] que são eles: História ou Filosofia?”.²⁵

Não cabe a mim, tampouco ao momento, adentrar uma questão que até mesmo Foucault mostrava-se recalcitrante em responder (visto que a obra inteira é dedicada a estabelecer os pontos singulares de onde empreendeu suas pesquisas e estabeleceu seus métodos). “É que no momento, e sem que eu possa ainda prever um fim, meu discurso, longe de determinar o lugar de onde fala, evita o solo em que poderia se apoiar. É um discurso sobre discursos[...]”.²⁶ Creio que é nesse ponto que podemos fugir de uma postura classificatória para a questão que Foucault coloca(-se) e abordar dois pontos que balizam a relação entre pesquisa arqueológica e o seu objeto de estudo, os discursos. Pontos estes que já foram brevemente tangenciados pelo texto, mas por serem

²² FOUCAULT, Michel. “1968 – Sobre a Arqueologia das Ciências. Resposta ao Círculo de Epistemologia”. IN: *Ditos e Escritos II. Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2005, p. 112.

²³ FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997, p. 8.

²⁴ *Ibid.*, p. 223.

²⁵ *Ibid.*, p. 230.

²⁶ *Ibid.*, p. 230.

características fundamentais do tipo de transformação por que passam as pesquisas históricas em *A Arqueologia do Saber* e pela importância que apresentam no decorrer deste trabalho, demandam maior especificação: a posição face ao documento e a noção de acontecimento discursivo.

Qual o estatuto do documento para a história? A abordagem que o autor dá ao documento é debitada da noção sua noção de discurso-objeto, sendo assim a história deve trabalhar e elaborar o documento; ele não constitui mais o material que permitiria o acesso do historiador às coisas que os homens disseram ou fizeram no passado. A Arqueologia dirige-se ao discurso em seu volume próprio, na qualidade de monumento. Não se trata de interpretar os dados, mas de organizar e recortar a massa documental, desprendendo a pesquisa de uma empiria *a priori* e tornando a constituição do objeto parte importante da análise.

[...] a história, em sua forma tradicional, se dispunha a "memorizar" os monumentos do passado, transformá-los em documentos e fazer falarem estes rastros que, por si mesmos, raramente são verbais, ou que dizem em silêncio coisa diversa do que dizem; em nossos dias, a história é o que transforma os documentos em monumentos e que desdobra, onde se decifram rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos. Havia um tempo em que a arqueologia, como disciplina dos monumentos mudos, dos rastros inertes, dos objetos sem contexto e das coisas deixadas pelo passado, se voltava para a história e só tomava sentido pelo restabelecimento de um discurso histórico; pode-se dizer, jogando um pouco com as palavras, que a história, em nossos dias, se volta para a arqueologia – para a descrição intrínseca do monumento.²⁷

Tratar o discurso como *monumento* na materialidade que o caracteriza, determinando suas condições de existência como acontecimento em sua relação com outros acontecimentos, discursivos ou não.

Assim introduzo esta noção que é chave para o prosseguimento do trabalho e de grande importância para a obra de Foucault. Por ela é possível compreender a relação entre elementos discursivos e não-discursivos na análise arqueológica. O pensador francês entende por acontecimento o próprio conjunto das condições que tornam um discurso possível. Acontecimento como a irrupção de uma nova regularidade discursiva, irrupção que coloca em jogo o acontecimento discursivo com acontecimentos não-discursivos. As relações entre as formações discursivas e domínios não discursivos (instituições, acontecimentos políticos, práticas e processos econômicos) não têm por

²⁷ Ibid., p. 8.

finalidade revelar grandes continuidades culturais ou isolar mecanismos de causalidade. Diante de um conjunto de fatos enunciativos, a arqueologia não se questiona o que pôde motivá-lo, recusa uma análise simbólica, que considera uma correspondência entre as esferas do discursivo e do não-discursivo; recusa também uma análise causal, procurando situar de que maneira uma série de elementos, sejam eles políticos ou econômicos, determinam a consciência dos homens ou a mentalidade de uma sociedade e vem, assim influenciar seus discursos; ela tenta determinar como as regras de formação de que dependem os discursos podem estar ligadas a sistemas não discursivos; procura definir formas específicas de articulação.²⁸

[...] descobrir o domínio de existência e de funcionamento de uma prática discursiva. Em outras palavras, a descrição arqueológica dos discursos se desdobra na dimensão de uma história geral; ela procura descobrir todo o domínio das instituições dos processos econômicos, das relações sociais nas quais pode articular-se uma formação discursiva; ela tenta mostrar como a autonomia do discurso e sua especificidade não lhe dão, por isso, um status de pura idealidade e de total independência histórica; o que ela quer revelar é o nível singular em que a história pode dar lugar a tipos definidos de discurso que têm, eles próprios, seu tipo de historicidade e que estão relacionados com todo um conjunto de historicidades diversas.²⁹

A articulação entre formações discursivas e não-discursivas não foi suficientemente esclarecida pelo autor. Para Foucault essa relação é muito mais complexa: ela não quer mostrar de que maneira práticas políticas, econômicas determinam as formas do discurso, mas como e a que título elas integram suas condições de emergência, condição e funcionamento. Foucault sempre se mostrou preocupado com essa articulação, mas podemos ver que de *História da loucura*, aonde essa relação é importante questão, a *As palavras e as coisas* a preocupação com a esfera não-discursiva viu-se diminuída. E é por não ter sistematizado essa relação que Foucault não dá pretensões de teoria a *A arqueologia do saber*. A relação não se dá de maneira pré-estabelecida, ela só pode ser estabelecida através da própria pesquisa, conforme o nível da análise e os objetos tomados.³⁰

Ao se analisar historicamente as condições de possibilidade da psiquiatria, a pesquisa apontou muito mais para as práticas de institucionais de internamento, o saber a as transformações que o acompanham, do que para as próprias teorias médicas;

²⁸ Ibid., p. 183 – 184.

²⁹ Ibid., p. 185 – 186.

³⁰ MACHADO, R. *Ciência e Saber: A trajetória arqueológica de Foucault*. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1981, p. 166.

tornando fundamental a articulação entre discursivo e não discursivo na temática de *História da loucura*. Já em *Nascimento da clínica*, apesar da articulação entre discursos e instituições, é possível dar conta de sua tese sem fazer referências às práticas sociais. Em *As palavras e as coisas* Foucault se interessa fundamentalmente pela explicação das condições de possibilidade e de transformação de determinados saberes intrinsecamente, o que leva o autor a descartar todo o tipo de história que queira explicá-los a partir do exterior, portanto constata-se um afunilamento da análise arqueológica em descrever as condições de formação dos discursos a partir de uma regularidade que permite descrever mudanças epistêmicas.³¹

A obra *A Arqueologia do Saber* marca uma descontinuidade em relação às obras anteriores, porque ao propor analisar a materialidade do enunciado pretende dar conta do discurso em seu domínio de acontecimento. E, então, deixa de ser uma investigação restrita a análise das epistemes e passa a tratar o discurso como prática. Nessa obra Foucault não fala mais em epistemes, mas em formação discursiva, a qual não remete apenas ao discurso, mas também as condições que o antecedem e permite dizê-lo. Como Roberto Machado nota ao analisar essa mudança na preocupação arqueológica: se antes o termo que especificava o nível da análise arqueológica era episteme, agora ele é substituído como “o conjunto de relações que se pode descobrir em determinada época, entre as ciências quando são analisadas ao nível das regularidades discursivas”.

Portanto, justamente porque Foucault não sistematiza essa relação entre as práticas discursivas e não discursivas, que este trabalho visou pensar esta relação a partir da noção de acontecimento e de documento, para dessa forma explicitar, em seguida, a relação que a Arqueologia estabelece no percurso intelectual do autor, principalmente no período em que lecionava no *Collège de France*. Assim, na obra de 1969 a noção de acontecimento discursivo é o que permite relacionar o acontecimento enunciativo (discursivo) com acontecimentos que são de outra ordem (técnica, econômica, social, política). Na arqueologia tudo se passa no nível discursivo. As condições não-discursivas fazem parte das condições de emergência do próprio discurso. Os conceitos constituídos, os objetos formados, as estratégias traçadas são dados pela interação com o espaço discursivo. O discurso entendido como prática não poderá ser separado das práticas que não são discursivas, pois a relação do discurso com o não-discursivo é algo que se dá discursivamente. É essa noção que permite uma nova

³¹ Ibid., p. 179 – 180.

abordagem frente ao documento. Abordagem esta balizada por todas as preocupações aqui explanadas e que vão propor uma mudança de postura do historiador frente às fontes: de uma posição “alegórica” para uma “descritiva”. Não buscar o que o documento esconde, mas aquilo que o formou enquanto monumento.

Embora Foucault, nesse momento, esteja temporariamente preso a alguns conceitos e vocabulários suscitados pelo advento estruturalista, ele nunca teve intenções de isolar o discurso das práticas sociais que o engendram. Nesse sentido, ao questionar o “como” de um discurso é que podemos compreender, na direção das pesquisas que Foucault irá empreender durante os anos 70, a permanência dessas sistematizações elaboradas em *A arqueologia do saber*, porém buscando a articulação dos discursos dentro um campo histórico efetivo que inclua outros tipos de práticas não somente internas ao campo discursivo.

Nesta perspectiva, é de fundamental importância elucidar a ativação do conceito de genealogia proposto por Foucault a partir de uma discussão dos textos do filósofo alemão Friedrich Nietzsche. Entendo que o ensaio *Nietzsche, a genealogia e a história* é uma das chaves para a compreensão das pesquisas que o autor empreenderá durante os anos 70 frente à sua cátedra no *Collège de France*. Pretendo assim, tornar mais clara a articulação que se dá entre as duas propostas de estudo na série de estudos históricos entre o poder e o saber, os regimes de verdade de nossa sociedade e a efetiva formação dos discursos.

II – Foucault, Nietzsche e a genealogia.

Como considerar como modelo um autor que se negou a tal relação? Quem escreve um livro como *Crepúsculo dos Ídolos* não se coloca como um novo ídolo. Em outras palavras, Nietzsche, que de diversas formas põe em prática o distanciamento da concepção platônica da relação modelo/cópia, não poderia ser assinalado como um modelo.³² Ao operar com apropriações explícitas e implícitas de Nietzsche e defini-lo como modelo não estaria Foucault medindo sua relação com a filosofia nietzschiana a partir deste paradigma platônico baseado na fidelidade ao *original*?

*O termo vontade de saber, como o próprio método genealógico usado para segui-lo, foram tomados diretamente de Nietzsche. Em “Nietzsche, a genealogia e a história”, publicado originalmente em 1971, encontramos em meio a numerosas referências aos textos de Nietzsche, todas as ferramentas e conceitos utilizados por Foucault em Vigiar e Punir e História da Sexualidade. Todas as marcas da metodologia e das preocupações de Foucault – a natureza do estudo genealógico; a violência da (as origens da) verdade; a crueldade, malícia e paixão da vontade de saber; e o sacrifício e auto sacrifício do sujeito na vontade desdobrada de verdade são documentadas como sendo propriamente de Nietzsche.*³³

Quando questionado, em entrevista concedida em 1975, sobre a cada vez mais difusa da presença do pensamento de Nietzsche no cenário intelectual dos últimos anos, Foucault afirma que, se fosse pretensioso, daria “título geral” àquilo que faz de “genealogia da moral”.³⁴ O autor destaca a importância da presença de Nietzsche ao colocá-lo como o filósofo que apontou como alvo do discurso filosófico as relações de poder, mas que a relação que mantém com o(s) autor(es) que gosta é através de sua utilização: “o único sinal de reconhecimento que se pode ter para com um pensamento como o de Nietzsche, é precisamente para utilizá-lo, deformá-lo, fazê-lo ranger, gritar”.³⁵ A relação de fidelidade ao texto original pouco lhe importava.

Podemos ver nestas palavras a ressonância da constante negação da noção de autoria, já abordada neste trabalho. Portanto o que proponho neste momento é pensar como Foucault *opera* conceitos nietzschianos - através da reflexão do conceito de *genealogia* empregado pelo filósofo austríaco na obra *Genealogia da Moral* - explicitados no ensaio, escrito em 1971, intitulado *Nietzsche, a genealogia e a história*.

³² MUÑOZ, Yolanda. Friedrich Nietzsche como um paradigma? Disponível em: <http://www.pucsp.br/margem/pdf/m16yg.pdf>. Acesso em: 17/09/2011.

³³ THIELE, L., The Nietzschean Roots of Foucault's Thought. Disponível em: www.jstor.org. p. 915.

³⁴ FOUCAULT, Michel. “Sobre a Prisão”. IN: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1998, p. 143.

³⁵ *Ibid.*, p.143.

As referências a Nietzsche proliferaram de diferentes maneiras e em diferentes áreas ao longo dos quase 30 anos de percurso intelectual de Foucault, o que me cabe neste espaço será pensar como Nietzsche serviu de ponto de apoio para o desenvolvimento de uma reflexão de cunho historiográfico e como a afinidade temática entre os autores no que tange à questão da articulação do saber nas relações de poder pode nos ajudar a entender os propósitos do autor aonde melhor são apresentadas as posições do método genealógico foucaultiano: o curso nomeado História dos Sistemas de Pensamento ministrado no *Collège de France* durante os anos 70.

A concepção de história genealógica de Michel Foucault propõe modificar muitos dos conceitos com que opera a produção do conhecimento histórico, como origem, acontecimento, neutralidade, necessidade, finalidade e continuidade. Estas reflexões do pensador francês, longe de finalizarem a discussão, lançam novos olhares tanto sobre a história quanto sobre a relação que se estabelece entre passado e presente. A genealogia proposta por Foucault não se opõe à história. Assim como Nietzsche opõe a “história dos historiadores” à “história efetiva”, Foucault está se opondo a uma maneira de conceber história, propondo um uso crítico do método histórico livre das noções metafísicas que o compunham. Problematização que é percebida na própria maneira como Nietzsche transforma a colocação de sua obra *Genealogia da Moral*: do problema “de onde se originam verdadeiramente nosso bem e nosso mal?”, ele se questiona “sob que condições o homem inventou para si os juízos de ‘bom’ e ‘mal’?”³⁶. Neste ensaio a posição genealógica é exposta abertamente e tudo o que for dito em diante sobre ela deriva deste texto.³⁷

Foucault inicia seu ensaio situando sua genealogia em oposição àquele tipo de história baseado na pesquisa da origem, uma história que se perde no *azul*³⁸, que dá os valores como dados, como efetivos, sem questionamentos³⁹, que se desdobra em uma meta-histórica das significações ideais e das indefinidas teleologias.⁴⁰

Para conjurar essa quimera da origem o genealogista necessita da história. Conforme Foucault aponta, Nietzsche recusa a pesquisa da origem (*Ursprung*) em três

³⁶ NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral: uma polêmica*. São Paulo. Companhia das Letras, 2009, p. 9.

³⁷ NICOLAZZI, Fernando. *As histórias de Michel Foucault*. Disponível em: <http://www.klepsidra.net/klepsidra12/foucault.html>. Acesso em: 17/09/2011.

³⁸ NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral: uma polêmica*. São Paulo. Companhia das Letras, 2009, p. 13.

³⁹ *Ibid.*, p. 12.

⁴⁰ FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. IN: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1998, p. 16.

pontos que se contrapõem àquilo que seria o desdobramento metafísico nas pesquisas do campo da moral empreendidas pelos *psicólogos ingleses*. Primeiramente porque a pesquisa, ao escutar a história, recusa-se à busca da identidade, a essência exata da coisa, justamente porque elas são sem essência, ou que sua essência foi construída peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas.⁴¹

Nietzsche, em sua *Genealogia da Moral* coloca a origem da oposição dos valores *bom e ruim* a partir do “*pathos da distância*” entre nobres, que superiores em posição e pensamento, estabeleceram seus atos como bons e, tudo aquilo que era baixo ou de origem plebeia, como vulgar ou ruim.⁴² Prossegue o filósofo pensando que o direito senhorial iria tão longe que nos permitira conceber a própria origem da linguagem como expressão de poder do direito senhorial: eles dizem “isto é isto”, marcam cada coisa e acontecimento com um som, como que apropriando-se das coisas.⁴³ Logo se entende que aquilo que Foucault genealogista procura encontrar no começo histórico das coisas não seja a identidade ainda preservada da origem, mas a discórdia entre as coisas, o disparate.⁴⁴

Foucault nos diz também, que a história, ensina a rir das “solenidades da origem”, pois as coisas em seu início não se encontram em estado de perfeição, em sua essência pura. O começo histórico é baixo, irônico, próprio a desfazer qualquer ênfase.⁴⁵ O último ponto diz respeito ao lugar da verdade, ponto recuado a todo conhecimento, estaria situada na articulação onde uma verdade das coisas se ligaria a uma verdade do discurso. Atrás da verdade que, como Nietzsche diz, se tornou “pano de fundo comum da espécie humana”⁴⁶, que desconhece a essência do conhecimento, que nega a força dos instintos no conhecimento e considera a razão como uma atividade livre e autônoma⁴⁷, o que existe é uma proliferação de erros. Assim, enquanto o filósofo austríaco abole a fábula do “mundo-verdade”, Foucault quer percorrer a história desse erro: “a verdade e seu reino originário tiveram sua história na história”.⁴⁸ É rejeitando a pesquisa da origem (*Ursprung*) enquanto busca da identidade primeira, da essência das

⁴¹ Ibid., p. 17-18.

⁴² NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral: uma polêmica*. São Paulo. Companhia das Letras, 2009, p. 16 -17.

⁴³ Ibid., p. 17.

⁴⁴ Ibid., p. 18.

⁴⁵ Ibid., p. 18.

⁴⁶ Ibid., p.18.

⁴⁷ NIETZSCHE, Friedrich. *A Gaia Ciência*. Editora Escala. São Paulo, 2006, p. 119.

⁴⁸ FOUCAULT, Michel. “Nietzsche, a genealogia e a história”. IN: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1998, p. 19.

coisas, e do conhecimento da verdade que Foucault apresenta o objeto próprio do estudo genealógico.

A palavra *proveniência* (*Herkunft*) marca melhor o significado deste objeto. Não naquele sentido em que se pode ligar um indivíduo a uma raça ou classe social, com o objetivo de assimilá-lo a outros, traçando uma identidade comum. O genealogista, no lugar onde “o Eu inventa para si uma identidade ou uma coerência”, procura os começos inumeráveis que formam “uma rede difícil de desembaraçar”, não uma grande continuidade onde o passado se mostra vivo no presente, mas a proliferação e a dispersão de milhares de acontecimentos que marcam as singularidades, os acidentes e os desvios que marcam o corpo daquilo que somos e que conhecemos.⁴⁹

A genealogia se apresenta também como a pesquisa da *emergência* (*Entstehung*), o ponto de um surgimento, o princípio e a lei singular de um acontecimento. Se a *Herkunft* procura na história os inúmeros começos e o jogo de suas forças, a *Entstehung* define o espaço em que estas forças se afrontam. À maneira como Nietzsche estabelece: “O *pathos* da nobreza e da distância [...] o duradouro, dominante sentimento global de uma elevada estirpe senhorial, em sua relação com uma estirpe baixa, com um ‘sob’ – eis a origem da oposição ‘bom’ e ‘ruim’”.⁵⁰ Portanto ninguém pode ser responsabilizado por uma emergência, ela se produz no interstício, mostra que os valores surgem do jogo das diferenças de forças, das dominações, no “não-lugar” que mostra que os adversários não pertencem ao mesmo espaço, nem se encontram em condições de igualdade. A história não é uma sucessão de figuras de mesma significação, mas os efeitos de substituição, deslocamento, conquista e inversão que seguem de dominação em dominação. Se o papel da genealogia é fazer a história dos valores, das morais, dos conceitos, deve tratá-los como a emergência de diferentes interpretações no teatro em que as forças se colocam em jogo.⁵¹

Conforme Nietzsche decreta, outra cor deve ser mais importante para o genealogista: o cinza, a coisa documentada, o efetivamente constatável, o realmente havido, numa palavra, a longa, quase indecifrável escrita hieroglífica, do passado moral humano⁵²; dirigir o olhar na direção da história efetiva. Ao refletir sobre a origem e a

⁴⁹ Ibid., p. 20-21.

⁵⁰ NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral: uma polêmica*. São Paulo. Companhia das Letras, 2009, p. 17.

⁵¹ FOUCAULT, Michel. “Nietzsche, a genealogia e a história”. IN: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1998, p. 23-26.

⁵² NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral: uma polêmica*. São Paulo. Companhia das Letras, 2009, p. 13.

finalidade da penalidade, o filósofo austríaco, alerta que o verdadeiro sentido histórico não deve perder-se na ingenuidade de praticar um finalismo, percebendo na utilidade de uma forma, uma instituição a razão de sua gênese:

[...]assim se imaginou o castigo como inventado para castigar. Mas todos os fins, todas as utilidades são apenas indícios de que uma vontade de poder se assenhorou de algo menos poderoso e lhe imprimiu o sentido de uma função; e toda a história de uma “coisa”, um órgão, um uso, pode desse modo ser uma ininterrupta cadeia de signos de sempre novas interpretações e ajustes, cujas causas nem precisam estar relacionadas entre si, antes podendo se suceder e substituir de maneira meramente casual.⁵³

O verdadeiro sentido histórico (*Wirkliche Historie*) se opõe, assim àquele da história tradicional, teleológica ou racionalista, pois procura inverter a relação entre o acontecimento e a continuidade. Nesta, os acontecimentos se manifestam de forma sucessiva, tendo um aspecto de resultado. As forças que estão em jogo na história não seguem uma finalidade, não obedecem a uma mecânica, logo, é preciso entender o acontecimento como a irrupção do acaso da luta, fazê-lo ressurgir na agudez de sua singularidade, pois o mundo tal como o conhecemos e tal como ele nos constitui é essa indefinida rede de acontecimentos entrelaçados repletos de sentido.⁵⁴

Tal como Nietzsche evita a idiossincrasia dos filósofos, que confundem as causas últimas com as primeiras, que não admitem que conceitos como o ser, o absoluto, a verdade possam vir do mais baixo⁵⁵, Foucault coloca o sentido histórico muito mais próximo da medicina do que da filosofia. O genealogista olha para o mais próximo para dele se separar, apreender as perspectivas, desdobrar as dispersões e as diferenças e se apoderar à distância. Ela não teme ser um saber perspectivo, pois não hesita em revelar em seu saber o lugar de onde olha, não recusa o sistema de sua injustiça. Ao invés de procurar submeter às coisas falarem por si, elidindo sua pessoalidade, o que há de individual, o genealogista olha de um determinado ângulo com o propósito deliberado de apreciar.⁵⁶

Mas com que direito fariam intervir seu gosto quando se trata daquilo que se passou realmente? Não deve o historiador invocar a objetividade, a exatidão dos fatos e do passado? A genealogia trata de libertar a história deste modelo metafísico e

⁵³ Ibid., p. 61.

⁵⁴ FOUCAULT, Michel. “Nietzsche, a genealogia e a história”. IN: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1998, p. 29-30.

⁵⁵ NIETZSCHE, Friedrich. *Crepúsculo dos Ídolos*. São Paulo. Editora Escala, 2006, p. 31.

⁵⁶ FOUCAULT, Michel. “Nietzsche, a genealogia e a história”. IN: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1998, p. 29-30.

antropológico da memória; trata de fazer da história uma contramemória que se oponha àquelas modalidades derivadas dos modelos platônicos de realidade, identidade e verdade. Ela não tem por fim reencontrar as raízes da nossa identidade, mas dissipar o plural que nos habita, fazer aparecer todas as discontinuidades que nos atravessam e que proíbem qualquer síntese. Não se trata mais de interrogar o passado em nome de uma consciência científica neutra e obstinada com a verdade, pois assim como a identidade, ela deve ser sacrificada – não há no conhecimento um direito à verdade ou um fundamento verdadeiro, pois ele repousa na injustiça, atrás dele se encontram as violências das opiniões preconcebidas.⁵⁷

⁵⁷ Ibid., p. 30-33.

III – Por uma microfísica do poder

A genealogia é o aparecimento do político nos escritos de Foucault. Os discursos são peças num jogo de poder, estão inseridos em uma trama de estratégias e táticas.⁵⁸ É sabido que Foucault se deu como objeto de estudo a análise de discursos, mas – como bem explicitado em *A arqueologia do saber* – não tentando encontrar atrás do discurso sua fonte ou a intencionalidade do sujeito falante; o objeto de sua análise de discurso também não se fundamenta nos métodos da linguística nem nas noções de estrutura, daí a recusa às análises que se referem ao campo simbólico ou ao campo das estruturas significantes. "O que me interessa é o fato que alguém disse alguma coisa em um dado momento. Não na maneira de evidenciar o sentido, mas a função que pode se atribuir uma vez que essa coisa foi dita naquele momento".⁵⁹

Nas pesquisas empreendidas anteriormente não se tratava propriamente da questão da mudança nas formas teóricas ou nos conteúdos dos discursos estudados, o que estava em questão é o que rege os enunciados e a forma como estes se articulam entre si. Em entrevista concedida em 1977, Foucault declara que durante muito tempo acreditou que sua empresa era uma espécie de análise dos saberes e dos conhecimentos, mas que na verdade o problema "é aquele que, aliás, atualmente, é o problema de todo mundo: o do poder".⁶⁰

*[...] o que faltava em meu trabalho era esse problema do "regime discursivo", dos efeitos de poder próprios do jogo enunciativo. Eu o confundia demais com a sistematicidade, a forma teórica ou algo como o paradigma. No ponto de confluência entre História da Loucura e As Palavras e as Coisas, havia, sob dois aspectos muito diversos, este problema central do poder que eu havia isolado de uma forma ainda muito deficiente.*⁶¹

No ponto em que Foucault se situa nos anos 70, ele considera esse problema o fio condutor de sua obra. Em suma, problema de regime de política do enunciado científico - qual os efeitos de poder que circulam entre os enunciados científicos, qual é o seu regime interior de poder. A ligação entre saber e poder, ou, como se refere

⁵⁸ NICOLAZZI, Fernando. As histórias de Michel Foucault. Disponível em: <http://www.klepsidra.net/klepsidra12/foucault.html>. Acesso em: 17/09/2011.

⁵⁹ FOUCAULT, Michel. "1978 - Diálogo sobre o Poder". IN: *Ditos e escritos IV*. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2006, p. 255.

⁶⁰ FOUCAULT, Michel. "1977 – Poder e Saber". IN: *Ditos e escritos IV*. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2006, p. 225.

⁶¹ FOUCAULT, Michel. "Verdade e Poder". IN: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1998, p. 4.

aludindo a um termo marcadamente “tecnológico”, a interface da verdade e do poder. Na genealogia o objetivo não é descrever as compatibilidades e incompatibilidades entre saberes a partir da configuração de suas positivities, mas explicar o aparecimento de saberes a partir de condições de possibilidade externas. O tipo de análise que Foucault pratica procura examinar as diferentes maneiras pelas quais o discurso desempenha um papel no interior de um sistema estratégico em que o poder está implicado, e para o qual funciona. Portanto, não é nem a fonte nem a origem do discurso, mas algo que opera através dele, já que ele mesmo é um elemento em um dispositivo estratégico de relações de poder, pois não se trata de considerá-lo em uma relação de causalidade ou como efeito resultante de um processo. O poder também não constitui o sentido do discurso, a análise consiste em descrever as ligações e relações recíprocas entre todos esses elementos pertencentes a um sistema de poder, no qual o discurso não é senão um componente religado a outros componentes (elementos de um conjunto).⁶²

Tomando o discurso como acontecimento é que Foucault empreende uma pesquisa propriamente histórica, ou seja: procura compreender como se puderam formar domínios de saber a partir de práticas sociais, estabelecer e descrever as relações que esses acontecimentos discursivos mantêm com outros acontecimentos que pertencem seja à ordem econômica, ou ao campo político, ou das instituições. Se o que se pretende é fazer a história de certos tipos de discurso, não se pode não levar em conta as relações de poder que existem na sociedade na qual esse discurso funciona, e é por considerar o discurso como uma série de acontecimentos que Foucault se situa, automaticamente, no domínio da história. “Não sou um historiador no sentido estrito do termo, mas os historiadores e eu temos em comum um interesse pelo acontecimento”.⁶³

Conforme Foucault nos relata no primeiro volume de *História da Sexualidade*, se o poder não é uma coisa, uma mercadoria que se troca, mas sim relações desiguais e móveis, a tarefa torna-se, então, identificar o modo como ele opera, seja atravessando discursos ou práticas sociais determinadas. Por isso sua análise não se pretende uma teoria, pois não se aplicaria como generalização para toda a história; suas pesquisas vão em direção a uma análise que dê conta dessa mobilidade historicamente determinada

⁶² FOUCAULT, Michel. “1978 - Diálogo sobre o Poder”. IN: *Ditos e escritos IV*. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2006, p. 253-245.

⁶³ *Ibid.*, p. 256.

das relações de poder e sua operação através do corpo social. O poder é uma matriz geral das relações de forças, num tempo dado, numa sociedade dada.⁶⁴

Se naquele momento Foucault considerava como fio condutor de seus estudos o poder e a sua configuração dentro de saberes e práticas sociais, é preciso compreender essa questão a partir de uma perspectiva mais ampla dentro do todo de sua obra: a questão do sujeito. Quando questionado sobre como situaria, em um quadro metodológico, sua abordagem genealógica o autor revela que a preocupação principal de sua análise seria dar conta destes problemas do poder dentro de uma trama histórica sem precisar remeter a um sujeito constituinte⁶⁵, ou seja, elidir a noção de autonomia do sujeito dentro desta história da constituição dos saberes e das práticas sociais para, enfim, trabalhar com os modos como o próprio sujeito é objetivado através de relações de poder historicamente determinadas. Portanto se fazia necessário estender as definições de uma noção de poder para além daquelas que o tematizam ou com base na legitimidade de modelos legais, ou de acordo com um modelo institucional baseado no estudo de instituições estatais. Se Foucault declaradamente se envolveu com a questão do poder, de maneira um pouco tacanha durante os anos 60 e explicitamente durante os 70, foi com o objetivo de desconstruir a noção do sujeito dado que dominou a produção científico-filosófica do conhecimento ocidental durante séculos, e que teve sua morte declarada em *As palavras e as coisas*. Se nas obras dos anos 60 Foucault procurou investigar a objetivação e as determinadas posições que pode ocupar o sujeito dentro dos discursos ditos científicos, o campo de análise das relações de poder se mostra com mais clareza nos anos 70 ao estudar a objetivação dos sujeitos através de práticas sociais onde o sujeito é dividido em seu interior e em relação aos outros.⁶⁶

Porém, não nos enganemos; o que desaparece para o genealogista não é propriamente o sujeito, mas a sua unidade, pois o que suscita o interesse e a investigação não é o seu desaparecimento, e sim a “dispersão que não o aniquila, mas só nos oferece uma pluralidade de posições e uma descontinuidade de funções”.⁶⁷ Assim Foucault se nega a conceber o poder como uma instituição ou uma estrutura para lhe conferir um aspecto puramente relacional; o que lhe interessa é a sua mecânica e sua

⁶⁴ DREYFUS, Hubert e RABINOW, Paul. *Michel Foucault. Uma trajetória filosófica: Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro, RJ. Forense Universitária, 1995, p. 204.

⁶⁵ FOUCAULT, Michel. “Verdade e Poder”. IN: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1998, p. 7.

⁶⁶ DREYFUS, Hubert e RABINOW, Paul. *Michel Foucault. Uma trajetória filosófica: Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro, RJ. Forense Universitária, 1995, p. 231.

⁶⁷ BLANCHOT, Maurice. *Foucault como o imagino*. Lisboa. Relógio d’Água Editores, 1999, p. 35.

forma capilar de existir, atingindo os indivíduos marcando seus corpos e sua existência concreta. Em suma, substituir a questão “o que é o poder?” por “como se exerce o poder?”.

Abordar o poder a partir desse questionamento significa, para Foucault, operar diversos deslocamentos críticos em relação às suposições que o tratam como uma unidade coerente, unitária e estável, visto que, segundo o autor, as relações de poder supõem condições históricas complexas e múltiplas. Logo, a análise deve voltar-se para a descrição das relações, não para um poder primeiro e fundamental. O poder não existe senão em ato e a questão do “como” é colocada para analisar as modalidades de seu exercício, ou seja, a emergência histórica de seus modos de aplicação, os instrumentos que ele se dá, os campos onde intervém, a rede que ele desenha e os efeitos que ele implica em uma época dada. O ponto no qual se cruzam as práticas, os saberes e as instituições.⁶⁸

Foucault não tematiza o poder através de uma teoria global, pois em sua visão o poder não é um objeto natural, mas uma prática social constituída historicamente em formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. Isto quer dizer que não há algo como o "poder" ou "do poder", mas que só há poder exercido por "uns" sobre os "outros", mesmo que esta relação se inscreva num campo de possibilidade que se apoia sobre estruturas permanentes.⁶⁹

Portanto o poder é como a estratificação, a institucionalização, a definição de técnicas, de instrumentos e de armas que servem em todos esses conflitos. É isto o que pode ser considerado, em um dado momento, como uma certa relação de poder, um certo exercício – uma vez que ele, afinal, não é outra coisa senão a fotografia instantânea de lutas múltiplas e em contínua transformação -, que esse poder se transforma a si próprio sem cessar. Não se deve confundir uma situação de poder, um tipo de exercício, uma certa distribuição ou economia do poder em um dado momento, com simples instituições de poder, tal como podem ser, por exemplo, o exército, a polícia, a administração.⁷⁰

Estudando a formação histórica das sociedades capitalistas através do nascimento da instituição carcerária e da constituição de um dispositivo da sexualidade, Foucault, provocou um grande deslocamento em relação àquelas visões que limitam suas investigações sobre o poder na figura do Estado. As pesquisas empreendidas pelo

⁶⁸ REVEL, Judith. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. São Paulo, SP. Claraluz, 2005, p. 67.

⁶⁹ DREYFUS, Hubert e RABINOW, Paul. *Michel Foucault. Uma trajetória filosófica: Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro, RJ. Forense Universitária, 1995, p. 242.

⁷⁰ FOUCAULT, Michel. “1978 - Precisoões sobre o Poder. Respostas a certas críticas”. IN: *Ditos e escritos IV*. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2006, p. 277.

pensador francês nos mostram que existem formas de exercício de poder que não estão, necessariamente, em uma relação direta com o Estado, mas sim em articulação com poderes locais circunscritos a uma pequena área de atuação⁷¹. Isso significa que as relações de poder se exercem em variados níveis no corpo social assumindo formas mais regionais e específicas, penetrando no corpo e na vida dos indivíduos. Daí a necessidade de utilizar uma *démarche* inversa, ou uma análise ascendente: como esses mecanismos e tecnologias capilares de poder, ligados com a produção de saberes sobre o criminoso, o doente, o louco, se relacionam com o nível mais geral de poder que toma forma no Estado. A proposta desta *microfísica do poder* mostra como, geralmente, essas formas e tecnologias de poder, situadas fora do âmbito estatal, foram investidas, anexadas, utilizadas, transformadas por formas gerais de dominação concentradas no aparelho do Estado.⁷²

Na sociedade, há milhares e milhares relações de poder e, por conseguinte, relações de forças entre pequenos enfrentamentos, microlutas, de algum modo. Se é verdade que essas pequenas relações de poder são com frequência comandadas, induzidas do alto pelos grandes poderes de estado ou pelas grandes dominações de classe, é preciso ainda dizer que, em sentido inverso, uma dominação de classe ou uma estrutura de estado só podem bem funcionar se há, na base, essas pequenas relações de poder. O que seria o poder de Estado, àquele que impõe, por exemplo, o serviço militar, se não houvesse, em torno de cada indivíduo, todo um feixe de relações de poder que o liga a seus pais, a seu patrão, a seu professor – àquele que sabe, àquele que lhe enfiou na cabeça tal ou tal idéia?⁷³

O desenvolvimento - através de sua genealogia - de uma concepção não-jurídica do poder, reconhecendo nele um papel não somente repressivo, mas produtivo é a grande questão que perpassa as duas obras mais significativas do autor da década de 70: *Vigiar e Punir* (1975) e o primeiro volume da *História da sexualidade* (1976). A uma concepção negativa do poder, que o considera essencialmente como aparelho repressivo atingindo os indivíduos na forma da violência, coerção, opressão, Foucault opõe, ao passo que acrescenta, uma concepção positiva. “Temos que deixar de descrever os efeitos de poder em termos negativos: ele ‘exclui’, ‘reprime’, ‘recalca’, ‘cesura’,

⁷¹ MACHADO, R. *Ciência e Saber: A trajetória arqueológica de Foucault*. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1981, p. 189.

⁷² MACHADO, Roberto. “Por uma genealogia do poder”. IN: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1998, p. XIV.

⁷³ FOUCAULT, Michel. “1977 – Poder e Saber”. IN: *Ditos e escritos IV*. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2006, p. 231.

‘abstrai’, ‘mascara’, ‘esconde’. Na verdade o poder produz; produz campos de objetos e rituais da verdade”.⁷⁴

Sendo assim o poder não é da ordem do consentimento nem tampouco da violência; o que define uma relação de poder é um modo de ação que age sobre sua própria ação, ele é um conjunto de ações sobre ações possíveis, operando num campo de possibilidades onde se inscreve o comportamento dos sujeitos, o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Isso não significa excluir o papel do Estado ou das instituições na organização das relações de poder, mas antes analisar as instituições através das relações de poder. Mesmo que cristalizadas numa instituição, as relações de poder devem ser buscadas em uma análise daquilo que elas são numa dada sociedade, da sua formação histórica, daquilo que as torna sólidas ou frágeis, das condições que são necessárias para transformar umas, abolir as outras. Ou seja, dentro da possibilidade de ação de uns sobre os outros – que é pertencente a qualquer sociedade ou relação social -, existem múltiplas formas de disparidade individual, de objetivos, de determinada aplicação do poder sobre nós mesmos e sobre os outros, de institucionalização mais ou menos setorial ou global, organização mais ou menos refletida, que definem formas diferentes de poder.⁷⁵

Dentro desta perspectiva pode-se entender a análise genealógica em termos de relações de força, de desenvolvimento de estratégias e de táticas. Logo, não são inteligíveis porque podem ser explicadas em termos de causalidade entre escolhas individuais, ou de grupos que governam aparelhos ou instituições; são inteligíveis porque atravessadas de ponta a ponta por um cálculo, por uma série de objetivos, por uma estratégia.⁷⁶ “A historicidade que nos domina e nos determina é belicosa [...] é inteligível e deve poder ser analisada em seus menores detalhes, mas seguindo a inteligibilidade das lutas, das estratégias, das táticas”.⁷⁷ É então, no nível das práticas, sejam elas discursivas ou não, localizadas em tecnologias e em múltiplos lugares que se situa a análise genealógica. Em *Vigiar e Punir* trata-se de fazer uma genealogia do complexo científico-judiciário, constituído por um saber, uma série de técnicas e discursos científicos, onde o poder de punir se “apoia, recebe suas justificações e suas

⁷⁴ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis. Vozes, 1987, p. 172.

⁷⁵ DREYFUS, Hubert e RABINOW, Paul. *Michel Foucault. Uma trajetória filosófica: Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro, RJ. Forense Universitária, 1995, p. 245-247.

⁷⁶ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade vol. 1: A vontade de saber*. São Paulo. Edições Graal, 2006, p. 105.

⁷⁷ FOUCAULT, Michel. Verdade e Poder. IN: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1998, p. 7.

regras, estende seus efeitos e mascara sua exorbitante singularidade”.⁷⁸ No primeiro volume da *História da sexualidade* identificar quais são as relações de poder que se põe em jogo quando se coloca o sexo em discurso; os “focos locais” de poder-saber que tornam possíveis determinadas espécies de discurso sobre o sexo e como esses discursos servem de suporte para um campo de relações de poder. O jogo complexo em que o discurso serve de instrumento e efeito de poder, mas também como ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta; interrogá-los no nível de sua produtividade tática e no de sua integração estratégica.⁷⁹

O deslocamento na concepção de poder formulado por Foucault pode ser entendido assim, menos como resultado de um projeto teórico elaborado previamente do que resultado do próprio processo e dos objetos que ele se dá em suas pesquisas. Foucault considera toda teoria como provisória, acidental, dependente de um estado de desenvolvimento da pesquisa, nesse sentido tanto a arqueologia quanto a genealogia nunca se pretenderam constituir uma teoria, tampouco uma ciência, o programa que elas formulam é o de realizar análises fragmentárias e transformáveis sempre que estabelecidos novos materiais a serem trabalhados.

*São essas relações verdade/poder, saber/poder que me preocupam. Então, essa camada de objetos, ou melhor, essa camada de relação é difícil de apreender; e como não há teorias geria para apreendê-las, eu sou, se quiserem, um empirista cego, quer dizer, estou na pior das situações. Não tenho teroia geral e tampouco tenho um instrumento certo. Eu tateio, fabrico, como posso, instrumentos que são destinados a fazer aparecer objetos. Os objetos são um pouquinho determinados pelos instrumentos, bons ou maus, fabricados por mim. Eles são falsos, se meus instrumentos são falsos... Procuro corrigir meus instrumentos através dos objetos que penso descobrir e, neste momento, o instrumento corrigido faz aparecer que o objeto definido por mim não era exatamente aquele. É assim que eu titubeio, de livro em livro.*⁸⁰

Portanto, este trabalho parte para o estudo do espaço onde Foucault melhor apresenta a posição de seus trabalhos, os cursos ministrados no *Collège de France* durante os anos 70. É através do material e dos métodos de trabalho apresentados na cátedra de *História dos Sistemas de Pensamento* que pretendo analisar o momento em que a prática da arqueologia dos saberes é complementada pela análise da genealogia

⁷⁸ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis. Vozes, 1987, p. 26.

⁷⁹ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade vol. 1: A vontade de saber*. São Paulo. Edições Graal, 2006, p. 107-113.

⁸⁰ FOUCAULT, Michel. “1977 – Poder e Saber”. IN: *Ditos e escritos IV*. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2006, p. 225.

dos poderes. O ponto onde o saber ganha corpo não só nos textos teóricos, mas em práticas e instituições específicas.⁸¹

⁸¹ NICOLAZZI, Fernando. *As histórias de Michel Foucault*. Disponível em: <http://www.klepsidra.net/klepsidra12/foucault.html>. Acesso em: 17/10/2011.

CAPÍTULO II

I – Eleição ao Collège de France e a ordem do discurso.

Michel Foucault lecionou no *Collège de France* no período entre 1971 até a sua morte em 1984 – exceto no ano de 1977, e nos anos de 1983 e 1984, quando sua saúde não mais lhe permitia. O título de sua cátedra era *História dos sistemas de pensamento*. Nesta renomada instituição de ensino os professores têm a obrigação de ministrar 26 horas de aula por ano. Nestas aulas devem ser sempre expostas, a cada ano, uma nova pesquisa – o que obriga os professores a renovarem sempre o conteúdo do seu ensino. Sendo de livre obrigação dos alunos a presença e a frequência nos seminários. “No vocabulário do *Collège de France*, diz-se que os professores não têm alunos, mas ouvintes”.⁸²

Essa disciplina foi criada em 1969 em substituição à disciplina de *História do pensamento filosófico* quando da morte do seu titular, o filósofo Jean Hyppolite. Desde o enorme sucesso de *As palavras e as Coisas*, Jean Hyppolite colocou na ordem das discussões da instituição a eleição de Foucault para o cargo de professor. Foi apoiado nessa tarefa por Jules Vuillemin, titular de outra cadeira de filosofia, além de Dumézil, que então lecionava nos EUA, mas contava de grande prestígio no cenário intelectual francês; junto a estes três nomes encontramos, também, o do historiador Fernand Braudel, que não poupou esforços no apoio à candidatura de Foucault.⁸³

Quando Hyppolite falece em outubro de 1968, é para Foucault que se viram os olhares quando se tratou de prover a cadeira deixada vaga pela morte do antigo professor. As eleições no *Collège de France* ocorrem em duas etapas: primeiro se dá a votação das propostas para a criação de uma disciplina sem o seu titular; em seguida, através de outra votação, é designada a pessoa que irá ocupar essa cadeira. Quando em 1969, os professores se reúnem para decidir a criação de duas cadeiras, uma de Sociologia e outra de Filosofia, para esta encontram-se três propostas. Em concorrência à proposta de Foucault encontram-se outras duas propostas: uma cadeira de filosofia da ação destinada a Paul Ricoeur, e outra sobre a história do pensamento racional destinada a Yvon Delaval. Para a sua candidatura, Foucault redigiu um opúsculo para expor os

⁸² EWALD, François. “NOTA”. IN: FOUCAULT, Michel. *O Poder Psiquiátrico*. São Paulo. Martins Fontes, 2006, p. XII.

⁸³ ERIBON, Didier. *Michel Foucault 1926 – 1984*. Edição “Livros do Brasil” Lisboa. Lisboa, 1990, p. 237-238.

seus títulos e trabalhos, como também esboçar as linhas mestras de seu programa de ensino e justificar a designação que escolheu para a cadeira que pretende ocupar, “História dos sistemas de pensamento”.⁸⁴

No documento em que apresenta as linhas gerais de seu trabalho e a lógica de sua investigação, Foucault coloca que - em *História da Loucura* - quando se deparou com uma dimensão inexplorada do fenômeno da loucura, aquela em que toda uma rede de instituições e práticas era investida e se articulava com todo um saber preciso que as envolviam e as justificavam, um método se impôs: ao invés de percorrer e analisar uma biblioteca estrita de livros e teses científicas, empreendeu uma pesquisa na *Bibliothèque de l’Arsenal* e na *Bibliothèque Nationale* da França através de um conjunto de arquivos compreendendo decretos, regulamentos, registros de hospitais e de prisões, atos de jurisprudência. Foi ali que empreendeu a análise desse saber que tomou corpo não em um discurso científico, mas em uma prática cotidiana regulamentada. Já em *As Palavras e as Coisas*, neutralizando o lado prático e institucional, encarou os saberes e definiu os tipos de problemas que eles levantavam, de conceitos com que eles jogavam, de teorias que eles colocavam à prova. Entre estes dois grupos de resultados distintos, prossegue Foucault, entre a opinião e o conhecimento científico, foi em *Arqueologia do saber* que o autor esboçou a existência de um nível particular que propõe chamar de saber: “Esse saber não toma apenas corpo em textos teóricos ou em instrumentos de experiência, mas em todo um conjunto de práticas e de instituições”.⁸⁵ Será no nível específico do saber que a disciplina proposta por Foucault encontrará sua área de atuação.

Após apresentar seus trabalhos anteriores, o documento segue com a apresentação do projeto de ensino para a disciplina. Projeto este que propõe seguir dois imperativos. “Nunca perder de vista um exemplo concreto que possa servir de experiência para a análise; elaborar os problemas teóricos que me aconteceu de cruzar ou que terei ocasião de encontrar”. Já entre os problemas teóricos a preocupação de estabelecer um estatuto para esse saber no sentido de balizar os limites e os instrumentos a serem escolhidos para fazer a sua descrição; também os problemas concernentes à elaboração desse saber em um discurso científico quando se quer

⁸⁴ ERIBON, Didier. *Michel Foucault 1926 – 1984*. Edição “Livros do Brasil” Lisboa. Lisboa, 1990, 238-243.

⁸⁵ FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits I 1954-1969*. Paris. Ed. Gallimar, 1994, p. 844.

analisar a constituição de uma ciência no plano de sua história; e por último: como o saber pode ser receptível a fenômenos e eventos que lhe são estranhos e exteriores.⁸⁶

Foucault conclui a sua apresentação situando o plano do saber enquanto objeto de estudo de uma *história dos sistemas de pensamento*:

*[...] entre as ciências constituídas (de que frequentemente se tem feito a história) e os fenômenos de opinião (que os historiadores sabem tratar), haveria que empreender a história dos sistemas de pensamento. Mas identificando a especificidade do saber, não definimos somente um nível de análise histórica negligenciado, podemos muito bem ser forçados a interrogar novamente o conhecimento, as suas condições e o estatuto do sujeito que conhece.*⁸⁷

É interessante verificar um trecho do relatório apresentado por Jules Vuillemin, professor responsável pela proposta da disciplina e pela candidatura de Foucault, que Didier Eribon apresenta em sua biografia do pensador francês:

*A história dos sistemas de pensamento não é pois de todo a história do homem ou dos homens que os pensam. Em última análise, é porque ele se mantém preso aos termos desta última alternativa que o conflito entre materialismo e espiritualismo opõe irmãos inimigos, isto é divididos sobre a mesma questão: como motivo dos pensamentos, escolhem-se indivíduos ou grupos, mas escolhem-se sempre motivos. Para aqueles que disso tentassem duvidar, que relessem aquela expressão de Marx, frequentemente citada, distinguindo da abelha o arquiteto, por limitado que ele seja, porque ele começa por construir a casa na sua cabeça. O abandono do dualismo e a constituição de uma epistemologia não cartesiana, como é óbvio, exigem mais: eliminar o sujeito preservando os pensamentos, e tentar construir uma história sem natureza humana*⁸⁸

Como se pode constatar pelo teor tanto da carta de apresentação redigida por Foucault, quanto do relatório de Vuillemin é que o pensador se encontra, neste momento, muito ligado à temática e aos pressupostos levantados em *Arqueologia do saber*, publicado no mesmo ano de sua candidatura a instituição francesa. Entretanto, é em sua aula inaugural proferida em dois de dezembro de 1970 que Foucault iria expor os fundamentos teóricos que viriam a orientar a sua história dos sistemas de pensamento. É essa lição que será publicada por Foucault pouco tempo depois sob o célebre título de *A Ordem do Discurso*, reinserindo trechos que tivera de suprimir para

⁸⁶ Ibid., p. 844.

⁸⁷ Ibid., p. 845. [Trad. do autor].

⁸⁸ ERIBON, Didier. *Michel Foucault 1926 – 1984*. Edição “Livros do Brasil” Lisboa. Lisboa, 1990, 238-242-243.

não ultrapassar o tempo da cerimônia que marca o início da docência “dos mais distintos praticantes das artes e ciências franceses”.⁸⁹

O tema de seu discurso é o próprio discurso. Assim Foucault inicia sua aula colocando ironicamente a sua situação de inquietação em relação ao “discurso em sua realidade material de coisa pronunciada e escrita” - naquilo “que ele poderia ter de singular e maléfico” - e a instituição onde naquele momento se encontra e que “torna os começos solenes” e “lhes impõe formas ritualizadas”. A hipótese que o autor propõe como ponto de partida para o trabalho que irá apresentar ao longo dos cursos é que a produção do discurso, em toda sociedade, seria “ao mesmo tempo, controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos”, isto, pois, o discurso visto dentro de uma perspectiva histórica, “não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”.⁹⁰

Procedimentos de exclusão que se exercem do exterior do discurso: a interdição nas áreas da política e da sexualidade; a separação entre a razão e a loucura; e, por fim, a oposição entre o verdadeiro e falso que rege nossa vontade de saber separando o discurso verdadeiro da sua relação íntima com o exercício do poder. Como os outros sistemas de exclusão, apoiando-se sobre um suporte institucional e reconduzido por um conjunto de práticas, este terceiro procedimento determina certa posição, certo olhar e certa função ao sujeito no discurso; simultaneamente determina o nível técnico do qual os conhecimentos devem ser investidos para serem verificáveis e úteis.⁹¹

Foucault também identifica aqueles procedimentos que se exercem ao nível interno do próprio discurso, “como se tratasse, desta vez, de submeter outra dimensão do discurso: a do acontecimento e do acaso”. Seriam as funções do comentário - conjurando o acaso por um jogo de repetição do mesmo -; do autor - como princípio de agrupamento, limitando o acaso por uma relação de identidade a uma individualidade -; e da disciplina - limitando o discurso por uma constante reativação de regras⁹². O terceiro procedimento de sujeição dos discursos exposto por Foucault é o que trata das regiões cerradas da ordem do discurso; aquelas regiões em que o discurso não se mostra

⁸⁹ MILLER, James. *The Passion of Michel Foucault*. New York. Simon & Schuster, 1993, p. 183.

⁹⁰ FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo. Edições Loyola, 2010, p. 7-10.

⁹¹ *Ibid.*, p. 9-17.

⁹² *Ibid.*, 21-36.

penetrável e impõe certo número de regras ao seu acesso. “Rarefação, desta vez, dos sujeitos que falam”.⁹³

Apresentando esses sistemas de sujeição e coerção do discurso, Foucault exemplifica algumas formas como a sociedade ocidental, ao longo de sua história, tomou o cuidado de elidir a materialidade do discurso: “o cuidado para que o discurso ocupasse o menor lugar possível entre o pensamento e a palavra; para que o discurso aparecesse apenas como um certo aporte entre pensar e falar”. Logo, os temas que irão servir de aporte para o trabalho que irá empreender nos anos seguintes serão o questionamento da vontade de verdade que se apresenta no discurso como fecunda e universal; restituir ao discurso seu caráter de acontecimento naquilo que ele tem de violento, descontínuo, e combativo; e, por fim, suspender a soberania do significante que anula a realidade do discurso.⁹⁴

Para tal, Foucault elenca certas exigências de método. De início, é necessário considerar um princípio de *inversão*. Ao invés de buscar a fonte do discurso, o princípio de sua expansão e continuidade, é preciso encarar essas noções como o ponto de sua rarefação, de seu recorte. Mas esse recorte não se incide sobre um plano virtual onde os discursos se apresentam ininterruptamente “um grande discurso ilimitado, contínuo e silencioso que fosse por eles reprimido e recalcado e que nós tivéssemos por missão descobrir restituindo-lhe, enfim, a palavra”. Portanto outro princípio de método se apresenta, o da *descontinuidade*: “Os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem”. Outro princípio que se impõe é do da *especificidade*: encarar o discurso como uma prática que cometemos às coisas, e nesta prática que os acontecimentos discursivos apresentam sua regularidade. A última precaução de método apresentada é o princípio da *exterioridade*: partindo do próprio discurso em sua aparição e regularidade, passar às suas condições de possibilidade externas que lhe fixam seus limites.⁹⁵

Determinadas as exigências metodológicas, quatro noções se mostram como norte da análise e se contrapõe às quatro noções que, segundo Foucault, dominaram a história das ideias. A de acontecimento, que se opõe à noção de criação; a de série, que se opõe à ideia de unidade de uma obra, época ou tema; a noção de regularidade que se contrapõe a de originalidade individual; e, por último, o princípio das condições de

⁹³ Ibid., 36-37.

⁹⁴ Ibid., 50-51.

⁹⁵ Ibid., 51-53.

possibilidade do discurso, que permitem elidir do campo de análise o tema da significação oculta por trás do discurso.⁹⁶

O que irá ligar a análise dos discursos empreendida pela história dos sistemas de pensamento com o trabalho efetivo dos historiadores serão, portanto, as noções de acontecimento e da série. Assim os discursos, enquanto acontecimentos, podem ser inseridos em séries "que permitem circunscrever o 'lugar' do acontecimento, as margens de sua contingência, as condições de sua aparição". A análise seriada dos discursos propõe trata-los como séries regulares e distintas de acontecimentos, não como representações; uma análise que dê conta do discurso em seu caráter descontínuo, na casualidade de sua emergência histórica, e na materialidade de sua existência.⁹⁷

Até então, o horizonte de análise proposto se encontra em afinidade com grande parte dos pressupostos metodológicos propostos em *A arqueologia do saber* e esboçados em suas obras anteriores. Maurice Blanchot encara este livro e *A Ordem do Discurso* como sendo o fim do período em que Foucault pretendeu por a descoberto práticas discursivas que remetiam senão a si próprias, "para as suas regras de formação, para o seu ponto de fixação, ainda que sem origem, para a sua emergência, ainda que sem autor, para um trabalho de decifração que nada revelaria de oculto".⁹⁸

Paul Rabinow e Hubert Dreyfus reconhecem que o pensador francês, em sua aula inaugural, tentava complementar sua teoria arqueológica e a questão da raridade dos enunciados, com sua genealogia e a efetiva formação dos discursos por práticas não discursivas. Tendo partido do interior do discurso, Foucault – enquanto arqueólogo – pode retroceder no discurso e tratá-lo como um discurso-objeto. Neste caso a arqueologia desempenharia o papel de mostrar "a arbitrariedade do horizonte hermenêutico do significado", mostrando que aquilo que parece o contínuo desenvolvimento de um significado, é cruzado por formações discursivas descontínuas. Todavia, os autores consideram que Foucault, através do problema dos regimes discursivos e dos efeitos de poder relacionados ao jogo enunciativo, já considerava previamente o problema do poder que seria muito bem situado nos cursos do *Collège de France* na primeira metade dos anos 70.⁹⁹

⁹⁶ Ibid., 54.

⁹⁷ Ibid., 57-60.

⁹⁸ BLANCHOT, Maurice. *Foucault como o imagino*. Lisboa. Relógio d'Água Editores, 1999, p. 27.

⁹⁹ DREYFUS, Hubert e RABINOW, Paul. *Michel Foucault. Uma trajetória filosófica: Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro, RJ. Forense Universitária, 1995, p. 116-118.

Sendo assim, seguindo a estes princípios e dentro deste horizonte, as análises que Foucault pretende empreender se dispõem em dois conjuntos, um crítico e outro genealógico. O primeiro daria conta das funções de exclusão dos discursos. Dentre eles, a função que diretamente interessa à história dos sistemas de pensamento, é aquela relativa aos princípios de verdade que opõe os discursos considerados verdadeiros àqueles rejeitados como falsos. O segundo conjunto, o genealógico, concerne à formação efetiva destes discursos, ao fato de acontecerem em determinado momento da história. "A crítica analisa os processos de rarefação, mas também de reagrupamento e de unificação dos discursos; a genealogia estuda sua formação ao mesmo tempo dispersa, descontínua e regular".¹⁰⁰

*Assim, as descrições críticas e as descrições genealógicas devem alternar-se, apoiar-se umas nas outras e se completarem. A parte crítica da análise liga-se aos sistemas de recobrimento do discurso; procura detectar, destacar esses princípios de ordenamento, de exclusão, de rarefação do discurso. Digamos, jogando com as palavras, que ela pratica uma desenvoltura aplicada. A parte genealógica da análise se detém, em contrapartida, nas séries da formação efetiva do discurso: procura apreendê-lo em seu poder de afirmação, e por aí entendendo não um poder que se oporia ao poder de negar, mas o poder de constituir domínios de objetos, a propósito dos quais se poderia afirmar ou negar proposições verdadeiras ou falsas. Chamemos de positividade esses domínios de objetos; e, digamos, para jogar uma segunda vez com as palavras, que se o estilo crítico é o da desenvoltura estudiosa, o humor genealógico será o de um positivismo feliz.*¹⁰¹

Portanto, a partir dos cursos anuais ofertados por Foucault e dos resumos apresentados pelo autor, na primeira metade da década de 70 no *Collège de France*, temos mostras de onde, em que práticas e instituições foram buscados os elementos para a história dos sistemas de pensamento: "A vontade de saber", "Teorias e instituições penais", "A sociedade punitiva", "O poder psiquiátrico" e "Os anormais", "Em defesa da sociedade". Assim, nos servirão de base para acompanhar a reelaboração teórica do posicionamento arqueológico e a sua relação com a formulação da proposta genealógica.¹⁰²

Porém, seria supérfluo dividir os trabalhos de Foucault segundo fases de sua vida. Não há pré e pós-arqueologia ou genealogia em Foucault, logo, a partir dos cursos ministrados na primeira metade dos anos 70 poderemos compreender um importante momento teórico na obra intelectual de Michel Foucault. Momento este que

¹⁰⁰ FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo. Edições Loyola, 2010, p. 60-68.

¹⁰¹ *Ibid.*, 69-70.

¹⁰² NICOLAZZI, Fernando. As histórias de Michel Foucault. Disponível em: <http://www.klepsidra.net/klepsidra12/foucault.html>. Acesso em: 17/09/2011.

possibilitará encarar a obra de Foucault para além daquelas divisões puramente cronológicas ou temáticas e, desta forma, dentro do universo foucaultiano, romper o suposto silêncio entre a publicação, em 1969, de *A arqueologia do saber* e a publicação de *Vigiar e Punir*, em 1975, que é encarado como o abandono de um método em proveito de outro. Lá, onde Foucault anualmente apresentou e prestou contas das pesquisas que empreendia, poderemos ir ao encontro ao seu trabalho concreto mostrando como as duas modalidades de pesquisa se relacionam como parte de um projeto maior que tematiza as questões do saber e do poder com o pano de fundo das noções de sujeito e verdade.

II – Os cursos no Collège de France 1971-1973: a matriz Poder-Saber de nosso conhecimento.

No curso ministrado em 1971, intitulado “A vontade de saber”, Foucault entende inaugurar um série de análises que permitiriam constituir uma “morfologia da vontade de saber”. Esse tema, conforme resumo apresentado pelo autor, seria analisado ora por pesquisas históricas baseadas em exemplos concretos, ora por suas implicações teóricas. Sendo assim, o primeiro curso deveria definir o lugar deste estudo dentro de uma *história dos sistemas de pensamento* e o modelo de análise inicial, provando sua eficácia através de um conjunto de exemplos.¹⁰³

Foucault reconhece que as pesquisas que até então havia empreendido permitiram estabelecer “um nível singular” capaz de dar conta dos sistemas de pensamento: o das práticas discursivas. Cada prática discursiva supõe um jogo de prescrições que determinarão as suas escolhas e as suas exclusões. É comum verificar que as práticas discursivas reúnem, perpassam, reagrupam tanto as ciências quanto as disciplinas. Entretanto, não podemos considerá-las como simples fábricas de discursos. Elas ganham corpo nas instituições, nos comportamentos, nas formas pedagógicas, nos conjuntos técnicos, e, assim, se impõe e se mantêm.¹⁰⁴

As transformações nas práticas discursivas são muito específicas e não se reduzem, nem a descobertas individuais, nem a atitudes coletivas. Essas modificações estão relacionadas com modificações externas como as relações sociais, com modificações internas, nos ajustes de conceitos e acúmulo de informações e com modificações paralelas relacionadas a outras práticas discursivas. A ligação entre estes tipos de transformações produz um efeito que, ao mesmo tempo, é autônomo, e se relaciona com o conjunto de funções que as determinam. Todos esses múltiplos mecanismos de escolha e exclusão se concretizam no corpo das práticas discursivas e nas suas transformações que são dotadas de certa autonomia e não nos remetem a nenhum sujeito de conhecimento que lhes tenha dado origem.¹⁰⁵

As práticas discursivas puderam, assim, ser isoladas para o estudo mediante as experiências feitas no interior de disciplinas como a psicopatologia, a história natural, a medicina clínica, etc. Tanto as experiências efetuadas, como o inventário de suas

¹⁰³ FOUCAULT, Michel. “A vontade de saber 1970-1971”. IN: *Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 1997, p. 11.

¹⁰⁴ *Ibid.*, p. 11.

¹⁰⁵ *Ibid.*, p. 12.

conclusões, receberam o nome de arqueologia. Entretanto, será através das análises direcionadas à vontade de saber que se buscará uma justificação teórica para este conjunto de pesquisas. Foucault buscará demarcar dois modelos teóricos que definiriam instrumentos para a análise da vontade de saber, nunca esquecendo, todavia, “as exigências e possibilidades delineadas por estudos concretos”.¹⁰⁶

Dentro dos modelos teóricos encontrados na história da filosofia, Foucault buscara nesse curso estudar especificamente a oposição entre as concepções de Aristóteles e de Nietzsche, por considerá-las “duas formas extremas e opostas”. Enquanto reconhece no modelo aristotélico uma profunda ligação entre o conhecimento e a verdade, é em Nietzsche que o autor vai buscar o modelo para as análises empreendidas no curso. Nele o conhecimento é uma “invenção” produzida em uma cena de lutas, não efeito de uma harmonia. Não se apresenta como uma faculdade permanente, mas como fruto de acontecimentos. Em Nietzsche, portanto, a relação entre conhecimento e verdade se desfaz, pois não passa de “efeito de uma falsificação que se nomeia oposição do verdadeiro e do falso”.¹⁰⁷

Algumas considerações elencadas por Foucault na primeira de uma série de conferências ministradas no Brasil em 1973 podem servir de base para esse entendimento. Nesta conferência Nietzsche é visto como o pensador que provoca uma grande ruptura com a filosofia ocidental ao colocar no cerne do conhecimento algo como o ódio, a luta, a relação de poder. Pois, se quisermos realmente conhecer o conhecimento, em sua raiz e fabricação, devemos entendê-lo como resultado de certa relação estratégica em que o homem se encontra situado. É somente através das relações de luta e poder - “na maneira como as coisas entre si, os homens entre si se odeiam, lutam, procuram dominar uns aos outros, querem exercer uns sobre os outros, relações de poder” – que compreendemos em que consiste o conhecimento.¹⁰⁸

Já no curso do ano seguinte, intitulado “Teorias e instituições penais”, Foucault coloca o estudo apresentado no mesmo projeto que havia esboçado no ano anterior: “seguir a formação de determinados tipos de saber, a partir das matrizes jurídico-políticas que os engendraram e que lhe servem de suporte”. Neste curso a preocupação é definir de maneira clara as formas fundamentais da relação poder-saber. A hipótese apresentada é a de que essa relação não se apresenta unicamente sob um signo de

¹⁰⁶ Ibid., p. 13.

¹⁰⁷ Ibid., p. 14-15.

¹⁰⁸ FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro. Nau Editora, 2002, p. 23.

facilitação ou obstáculo, logo, poder e saber não se ligam somente por um jogo de interesses. Para Foucault nenhum saber se forma sem um sistema de comunicação, registro, acumulação, que constituem eles mesmos formas de poder e, se ligam na sua existência e funcionamento materiais, a outras formas diversas de exercício de poder. Dentro desta perspectiva não existiria o conhecimento, de um lado, e a sociedade de outro.¹⁰⁹

Se no primeiro curso Foucault havia estudado e isolado uma primeira forma de poder-saber que identificou como a *medida*, estreitamente ligada aos exemplos relacionados à constituição da cidade grega, mas também a constituição dos saberes matemáticos e físicos; este curso estuda como a forma do *inquérito* manteve sua relação com a formação do Estado medieval. O curso se apresenta, então, dividido em duas partes. A primeira dedicada ao estudo do *inquérito* e as condições de seu aparecimento no domínio da prática penal: passagem ao sistema da punição, “da prática acusatória à prática inquisitória”, “do dano que provoca o litígio à infração que determina o procedimento judiciário”, “da decisão sob *provação* ao julgamento com *prova*”, do combate que designa o vencedor, e marca o bom direito, à constatação que, apoiando-se sobre testemunhos, estabelece o fato”. Neste curso Foucault demonstra como esse modelo judiciário do *inquérito* e o conjunto de práticas que lhe dizem respeito repousam sobre todo um sistema de poder ligado ao nascimento de um Estado centralizador da justiça penal, mas que, ao mesmo tempo, viria constituir, a partir do século XIV, “uma das instâncias das ciências empíricas”.¹¹⁰

A outra parte do curso é dedicada ao estudo de novas formas de controle social na França do século XVII. Com o estudo de novas práticas de reclusão, do desenvolvimento do aparelho policial, a vigilância das populações Foucault introduz uma nova forma de poder-saber que servira de base para o curso do ano seguinte: o *exame* como meio de fixar ou restaurar a norma, a regra, a partilha, a qualificação, a exclusão, mas também matriz de conhecimentos como a psicologia, a sociologia, a psiquiatria, e demais ciências do homem.¹¹¹

A proposta do curso do ano de 1973 diz respeito aos efeitos de poder e de saber decorrentes do aparecimento, a partir do século XIX, do encarceramento, ou melhor, da prática da prisão, como forma maior de punição. Sob o título de *A sociedade punitiva*,

¹⁰⁹ FOUCAULT, Michel. “Teorias e instituições penais 1971-1972”. IN: *Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 1997, p. 19.

¹¹⁰ Ibid., p. 21.

¹¹¹ Ibid., p. 22.

Foucault vai estudar a recente organização de uma penalidade enclausuramento. Ao voltar o olhar para tratados de juristas do século XVIII ele percebe que a prática da reclusão permanece à margem do sistema penal, sendo-lhe, inclusive, recusado qualquer caráter penal. Porém, tomando o código penal austríaco como testemunho, Foucault entende que a partir do final do século XVIII ocorre que a prisão penetra no interior das penalidades, por diversas formas, e ocupa rapidamente todo o seu espaço. Junto a este processo de planejamento da prisão como penalidade geral nas sociedades europeias, acompanha-se um intenso processo de crítica de todos os disfuncionamentos que a prisão era suscetível de introduzir no próprio sistema penal, como também na sociedade em geral. Ela é, assim, denunciada, desde os anos entre 1815 e 1830, como instrumento que, às margens da justiça, fabrica os indivíduos que a própria justiça mandará encarcerar. Sempre empreendendo o estudo através da análise de tratados e projetos de juristas da época, Foucault sugere uma reversão nessa questão a partir do início do século XIX: aquilo que criticava-se em relação à prisão é tomado como fatalidade. “Não somente é aceito como um fato, como também é constituído como dado primordial. O efeito ‘delinquência’ produzido pela prisão torna-se problema da delinquência, ao qual a prisão deve dar uma resposta adequada”.¹¹²

Através do exame de textos dos grandes reformadores, juristas e legisladores, Foucault mostra que em nenhum deles se encontra a proposta da prisão como pena fundamental. Neles encontramos retomados os princípios que foram resultados de uma transformação política e institucional que remonta à Idade Média: a substituição do acerto de contas através do litígio por uma prática judiciária de caráter público. Ou seja, em sua grande maioria, a preocupação era estabelecer uma noção de crime e a necessidade de uma punição que partia do interesse da sociedade e da necessidade de protegê-la. Logo, a questão levantada não poderia ser respondida por esse caminho. O que leva a Foucault entender que a prática da prisão não se encontra no interior da teoria penal, mas, ao contrário, impôs-se do exterior. Portanto, se fez necessário retornar a análise para as formas como a prisão funcionou nas instâncias de controle parapenais durante o século XVII e, principalmente, o XVIII. No funcionamento dessas instâncias, Foucault reconheceu três características: 1) ela intervinha na distribuição espacial dos indivíduos, menos no sentido de retê-los do que proibir-lhes a circulação nas cidades; 2) intervinha, também, na conduta dos indivíduos, sancionando maneiras de viver, tipos de

¹¹² FOUCAULT, Michel. “A sociedade punitiva 1772-1773”. IN: *Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 1997, p. 27-31.

discursos, projetos políticos, intervindo menos em nome da lei do que em nome da regularidade; 3) através do estudo do funcionamento e da motivação das *lettres de cachets*¹¹³, a prática do enclausuramento se mostra como um instrumento que ultrapassa o controle da justiça centralizada, pois, geralmente, eram solicitadas em um nível local (de baixo para cima), para depois voltar através de uma ordem do aparelho de poder (de cima para baixo), constituindo-se, assim, como um instrumento de controle capilar.¹¹⁴

*O que transformou a penalidade, na virada do século, foi o ajustamento do sistema judiciário a um mecanismo de vigilância e de controle; foi a integração comum de ambos num aparelho de Estado centralizado; mas foi também a instauração e o desenvolvimento de toda uma série de instituições (parapenais e, por vezes, não-penais) que serviam de ponto de apoio, de posições avançadas ou de formas reduzidas ao aparelho principal.*¹¹⁵

Essas transformações respondiam, segundo Foucault, à necessidade de fixar os operários aos novos aparelhos de produção, submetê-los ao ritmo desse aparelho, impor-lhes a constância e a regularidade requeridas para constituí-los como força de trabalho produtiva, em suma, uma campanha para transformar o corpo operário. Assim a delinquência aparece como “extensão inevitável da irregularidade, dando, assim, estatuto de consequência psicológica e moral ao efeito de marginalização atribuído aos mecanismos de controle”.¹¹⁶

Além de configurar uma história dos corpos, essa transformação na penalidade revela uma história das relações entre o poder político e estes corpos. Para Foucault, essas transformações dão lugar a novas formas de poder político: 1) uma nova *ótica*, baseada na vigilância generalizada; 2) uma nova *mecânica*, estabelecida através da disciplinarização da vida, do tempo e das energias; e 3) uma nova *fisiologia* através do estabelecimento de normas por intervenções corretoras que desempenham, simultaneamente, um papel terapêutico e punitivo. Somente assim pode-se entender a emergência, no século XIX, da ideia de um sujeito psicológico: é neste processo de sujeição, no ponto de encontro do poder com o corpo, como efeito de uma certa “física

¹¹³ Cartas reais de ordenamento que continham ordens diretas do rei da França e fechadas com o selo real durante o Antigo Regime.

¹¹⁴ Ibid., 35-37.

¹¹⁵ Ibid., p. 38.

¹¹⁶ Ibid., p. 41.

política”, que se pode conceber o sujeito como “dado a um conhecimento possível, suscetível de aprendizado, de formação e de adestramento, lugar de eventual desvios patológicos e de intervenções normalizadoras”.¹¹⁷ “[...] a prisão tem a vantagem de produzir delinquência, instrumento de controle e de pressão sobre o ilegalismo, peça não negligenciável no exercício de poder sobre os corpos, elemento dessa física do poder que suscitou a psicologia do sujeito”.¹¹⁸

A partir destes primeiros exemplos aqui apresentados podemos levantar algumas reflexões que se mostram como ponto de convergência das propostas apresentadas por Foucault em sua *história dos sistemas de pensamento*. Através destas pesquisas, tentou demonstrar como, historicamente, puderam se formar domínios de saber através de práticas sociais fazendo aparecer tanto novos objetos de conhecimento, técnicas, conceitos, como também, o próprio sujeito de conhecimento e a relação do sujeito com o objeto, ou, mais claramente, a própria verdade. “Podemos dizer que a história dos domínios do saber em relação com as práticas sociais, excluída a preeminência de um sujeito de conhecimento dado definitivamente, é um dos primeiros eixos de pesquisa que agora lhes proponho”.¹¹⁹

Quando estive no Brasil em maio de 1973, Foucault apresentou estas reflexões metodológicas como resultado de uma série de pesquisas já empreendidas e inventariadas. Estas pesquisas dizem respeito à temática abordada nos cursos apresentados até este momento: as práticas judiciárias. Segundo o autor, entre as diversas práticas sociais, estas se mostram como umas das mais importantes quando se pretende desenvolver uma análise histórica que dê conta da emergência de novas subjetividades.¹²⁰ A partir delas, pôde conceber um estudo concreto que tangenciasse dois pressupostos levantados nas obras anteriores à sua eleição ao cargo no *Collège de France*: a questão da reelaboração da teoria do sujeito e uma análise de discursos que ultrapassasse as noções oriundas da linguística. Porém, neste momento, dedicando ampla atenção às relações de poder existentes na realidade social em que circulam os discursos. Em entrevista concedida em 1972 a uma revista japonesa, Foucault procura situar a mudança no nível de análise que procura empreender:

¹¹⁷ Ibid., p. 42-43.

¹¹⁸ Ibid., p. 43.

¹¹⁹ FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro. Nau Editora, 2002, p. 8.

¹²⁰ Ibid., p. 11.

*Estou precisamente tentando apresenta-los agora, quer dizer que mudo de nível: depois de ter analisado os tipos de discurso, procuro ver como eles puderam se formar historicamente e em quais realidades históricas eles se articulam. O que chamo de "arqueologia do saber" é, em termos precisos, o balizamento e a descrição dos tipos de discurso, e o que chamo de "dinástica do saber" é a relação que existe entre esses grandes tipos de discurso que podem ser observados em uma cultura e as condições históricas, as condições econômicas, as condições políticas de seu aparecimento e sua formação. Então, As palavras e as coisas se tornou A arqueologia do saber, e o que estou empreendendo agora está no nível da dinástica do saber.*¹²¹

É claramente possível compreender a mudança que o autor sinaliza. Ela diz respeito à centralidade que os discursos ocupavam nos seus estudos. Encarando os discursos, simultaneamente, como acontecimentos e objetos, vai poder voltar sua análise para a relação que estes mantêm, na história, com acontecimentos de outra ordem que os delimitam, condicionam e institucionalizam; assim vai poder diagnosticar as relações entre poder, saber e corpo na sociedade moderna. Se por um lado o discurso se apresenta como uma forma regular de fatos linguísticos, por outro se mostra como um jogo estratégico de dominação e luta.¹²² Assim o saber se mostrará sempre preso aos conflitos do poder, e desta maneira, evidencia a estreita ligação entre poder e verdade.

Foucault pôde então identificar, a título de hipótese, duas histórias distintas sobre a verdade. Uma que seria ligada a prática da história das ciências, a qual constantemente se colocou em oposição desde suas primeiras obras, e se caracterizaria por ser uma história interna da verdade. E aquela que através do estudo histórico das práticas judiciárias, Foucault pode posicionar do exterior.¹²³

*As práticas judiciárias – a maneira pela qual, entre os homens, se arbitram os danos e as responsabilidades, os modos pelo qual, na história do Ocidente, se concebeu e se definiu a maneira como os homens poderiam ser julgados em função dos erros que haviam cometido, a maneira como se impôs, a determinados indivíduos a reparação de algumas de suas ações e a punição de outras, todas essas regras ou, se quiserem, todas essas práticas regulares, é claro, mas também modificadas sem cessar através história – me parecem uma das formas pelas quais nossa sociedade definiu tipos de subjetividade, formas de saber e, por conseguinte, relações entre o homem e a verdade que merecem ser estudadas.*¹²⁴

¹²¹ FOUCAULT, Michel. 1973 – Da Arqueologia à Dinástica. Respostas a certas críticas. IN: Ditos e escritos IV. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2006, p. 49.

¹²² FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro. Nau Editora, 2002, p. 9.

¹²³ Ibid., p. 11.

¹²⁴ Ibid., p. 11.

III – Os cursos no Collège de France 1973-1975: o saber médico-psiquiátrico e o poder disciplinar.

O curso ministrado por Foucault, em fins de 1973 e começo de 1974, intitulado *O Poder Psiquiátrico*, se insere no projeto de identificar aquelas formas fundamentais de “poder-saber”. Se na *História da Loucura* empreendeu uma arqueologia da separação entre o louco e o não-louco, neste curso a preocupação é definir o nível em que a prática discursiva efetivamente se forma, ou, “em que medida um dispositivo de poder pode ser produtor de certo número de enunciados, de discursos e, por conseguinte, de todas as formas de representações que podem [...] daí decorrer”.¹²⁵

Descontinuidade, portanto, que vai exigir mudanças nas ferramentas conceituais da análise. Passar da referência a um núcleo representativo da imagem da loucura para a da função estratégica de um dispositivo de poder. Abandonar a noção de violência que estava subentendida em *História da Loucura* e que constitui uma figura limite e inadequada para uma análise da complexidade das relações de poder. Por último, abandonar o interior da instituição asilar como referência para, assim, passar para o seu exterior, situando a constituição e o funcionamento das tecnologias de poder relativas à sociedade e a uma problemática histórica: “aquilo com que se tem que lidar, antes de lidar com as instituições, são essas relações de força nessas disposições táticas que perpassam as instituições”.¹²⁶

Estudar o dispositivo psiquiátrico seria deslindar o jogo de uma relação de poder que dá lugar a limpidez de um conhecimento - entre sujeito conhecedor e o objeto conhecido - que funda, em contrapartida, os direitos desse poder da não-loucura sobre a loucura. A problemática a que o curso se consagra diz respeito a saber como determinada tecnologia de poder, ligada a estruturas sociais e políticas, autorizam uma certa racionalização da gestão dos indivíduos.¹²⁷ A arqueologia aqui desempenha o papel de mostrar como a descoberta da verdade através de uma demonstração científica é, na realidade, uma certa modalidade de produção da verdade dentro das relações de poder-saber especificadas até então pelas suas matrizes jurídico-políticas. A genealogia estaria, então, graças ao trabalho arqueológico, empenhada em mostrar, no curso da história, como essa modalidade de verdade adquiriu as dimensões que conhecemos e

¹²⁵ FOUCAULT, Michel. *O Poder Psiquiátrico*. São Paulo. Martins Fontes, 2006. P. 17.

¹²⁶ *Ibid.*, p. 20.

¹²⁷ *Ibid.*, p. 474.

podemos constatar no presente. Como essa tecnologia da verdade demonstrativa colonizou e agora exerce uma relação de poder sobre uma verdade cuja tecnologia está ligada ao acontecimento e à estratégia.¹²⁸

É isso que poderíamos chamar de genealogia do conhecimento, reverso histórico indispensável da arqueologia do saber, a respeito do qual procurei mostrar a vocês, partindo de certo número de dossiês, muito esquematicamente, não em que ela poderia consistir, mas como poderíamos esboçá-la. Abrir o dossiê da prática judiciária era procurar mostrar como, através da prática judiciária, tinham se formado pouco a pouco regras político-jurídicas de estabelecimento da verdade nas quais se via refluir, desaparecer, com o advento de certo tipo de poder político, a tecnologia da verdade-prova e instalar-se a tecnologia de uma verdade de constatação, de uma verdade autenticada pelos testemunhos, etc.¹²⁹

A proposta de análise do dispositivo psiquiátrico se articula, no curso, em torno de três eixos: 1) uma abordagem em referência aos mecanismos de poder que organizam este dispositivo; esse poder se apresenta como uma microfísica dos corpos tendo como ponto de aplicação sua repartição, seus comportamentos e necessidade, mas também se apresenta nas relações que se instauram entre médico e paciente; 2) um eixo relativo ao saber e a verdade em sua funcionalidade, no plano em que fornecem aos discursos e práticas psiquiátricas legitimação para as formas de organização e exercício desse poder sobre o louco enquanto objeto de saber; 3) o último relativo aos processos de sujeição que fazem aparecer o sujeito como uma função complexa e variável dos regimes de verdade da prática discursiva.¹³⁰

A psiquiatria não nasce, portanto, de um novo progresso do conhecimento da loucura, como poderia supor uma história das ciências. Ela só poderia ser entendida como consequência dos dispositivos disciplinares nos quais se organiza o regime imposto à loucura. É somente quando todo um sistema disciplinar constituído por uma apropriação dos corpos, do tempo, do comportamento dos indivíduos, que podemos compreender as condições de possibilidade para uma psiquiatria. Condições estas que são alheias ao espaço asilar, e nos remetem à ordem militar, a instituição pedagógica, ao espaço da oficina, como também ao caráter panóptico deste poder. Um mecanismo que vincula o poder político ao corpo numa função de subjetivação. É com o desenvolvimento de toda uma tecnologia disciplinar que podemos encarar o indivíduo como realidade histórica, num sistema de vigilância e submetido a processos de

¹²⁸ *ibid.*, p. 306.

¹²⁹ *Ibid.*, p. 306.

¹³⁰ *Ibid.*, 475-478.

normalização, hierarquização, classificação, etc. Outra característica deste sistema disciplinar é a existência necessária de resíduos, algo como o inclassificável, o irreduzível, o inassimilável, que escapa ao sistema de vigilância e que não pode entrar no sistema de distribuição. Este ponto que constitui, dentro deste sistema, uma experiência limite, é também o ponto necessário que vai acarretar o aparecimento de novos sistemas disciplinares suplementares a fim de recuperar essa gama de indivíduos¹³¹:

*Em suma, o poder disciplinar tem a dupla propriedade de ser anomizante, isto é, de sempre pôr de lado certo número de indivíduos, de ressaltar a anomia, o irreduzível, e de ser sempre normalizador, de sempre inventar novos sistemas recuperadores, de sempre estabelecer a regra. Um perpétuo trabalho da norma na anomia caracteriza os sistemas disciplinares.*¹³²

É a este tema que seria dedicado o curso pronunciado entre janeiro e março de 1975 e intitulado *Os Anormais*, e que tem o projeto de estudar os diferentes elementos que, no a partir do século XIX, permitiram a emergência do conceito de anormalidade em torno do qual puderam se articular tanto uma série de instituições e tecnologias de poder, como o saber médico e jurídico. Porém, a intenção é fazer a genealogia de um poder que, a partir dos efeitos de junção entre médico e judiciário, se constitui como instância de controle, não do crime e da doença, mas do indivíduo anormal¹³³. Assim Foucault pôde constituir a arqueologia de três saberes que deram condições de emergência para o conceito de anormalidade:

*Acho que podemos dizer, para situar essa espécie de anomalia, que o anormal do século XIX é um descendente desses três indivíduos, que são o monstro, o incorrigível e o masturbador. O indivíduo anormal do século XIX vai ficar marcado – e muito tardiamente, na prática médica, na prática judiciária, no saber como nas instituições que vão rodeá-lo – por essa espécie de monstruosidade que se tornou cada vez mais apagada e diáfana, por essa incorrigibilidade retificável e cada vez mais investida por aparelhos de retificação. E enfim, ele é marcado por esse segredo comum e singular, que é a etiologia geral e universal das piores singularidades. Por conseguinte, a genealogia do indivíduo anormal nos remete a estas três figuras: o monstro, o incorrigível e o onanista.*¹³⁴

Assim, o que se pode conceber como anormalidade no século XIX, se formou a partir de três elementos, não exatamente sincrônicos: a noção de monstro humano cuja

¹³¹ Ibid., p. 60-70.

¹³² Ibid., p. 70.

¹³³ FOUCAULT, Michel. *Os Anormais*. São Paulo. Martins Fontes, 2001, p. 74.

¹³⁴ Ibid., p. 75.

referência da lei, portanto, domínio jurídico-biológico, perturbação em relação à forma da espécie e às regularidades jurídicas; o incorrigível cujo aparecimento é contemporâneo aos estabelecimento das técnicas de disciplinas, sendo necessário o estudo histórico das diferentes instituições de adestramento e das categorias de indivíduos a que elas estão dirigidas e aos quais mantém na margem; por último, o onanista, que aparece em correlação com as novas relações entre sexualidade e a organização familiar: aparecimento sexual do corpo da criança.¹³⁵

¹³⁵ FOUCAULT, Michel. “Os anormais 1974-1975”. IN: *Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 1997, p. 60 – 64.

IV – Em defesa da sociedade: o discurso histórico como arma política.

Ministrado entre 7 de janeiro e 17 de março de 1976, mais precisamente entre o lançamento de *Vigiar e Punir* (fevereiro de 1975) e o primeiro volume de sua história da sexualidade *A vontade de saber* (outubro de 1976). No entanto, o que cabe buscar nesse texto é a história de um discurso da que Foucault se refere como historicismo político, um discurso que entende a história como relação de forças, como dominação, enfim, como guerra, e que ele gostaria, também de fazer o elogio.¹³⁶ Pretendo focar o meu texto precisamente no elogio que Foucault faz a esse discurso, deixando de lado o seu percurso completo traçado através de sua pesquisa. É pelo elogio que Foucault faz a esse discurso que poderemos, ao final do trabalho, compreender com certa clareza as formas e os objetivos que tinha na prática de sua história dos sistemas de pensamento. Começemos então pela questão a que ele se propõe estudar:

[...] como, desde quando e por que se começou a perceber ou a imaginar que é a guerra que funciona sob e nas relações de poder? Desde quando, como, por que se imaginou que uma espécie de combate ininterrupto perturba a paz e que, finalmente, a ordem civil (...) é uma ordem de batalha? Quem imaginou que a ordem civil era uma ordem de batalha? (...) quem procurou, no barulho da confusão da guerra, quem procurou na lama das batalhas, o princípio de inteligibilidade da ordem, do Estado e de suas instituições?¹³⁷

Daí o questionamento proposto por Foucault a respeito do princípio da política ser a guerra continuada por outros meios e que remonta essa genealogia da história às teses que circulavam no período entre os séculos XVII e XVIII.

Foucault aponta na aula de 21 de janeiro de 1976, como o desenvolvimento dos Estados, ao longo de toda a Idade Média e no limiar da época moderna, produziu um paradoxo histórico: o aparecimento de um poder estatal centralizado, onde apenas este podia iniciar a guerra apagando, assim, as relações belicosas que estavam presentes no corpo social inteiro; e o aparecimento, entre os integrantes que compunham o interior de cada Estado, de um novo discurso que compreende a guerra entendida como relação social permanente. O primeiro discurso que compreende que o poder político não começa quando cessa a guerra, pois foi esta que presidiu o nascimento dos Estados. Dessa maneira, o direito, a paz e as leis nasceram das batalhas, e não seriam produtos de

¹³⁶ FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo. Martins Fontes, 2000, p. 133.

¹³⁷ *Ibid.*, p. 54.

um contrato decidido harmonicamente por todas as partes. Para Foucault, esse discurso tem sua data precisa, depois do fim das guerras civis do século XVI. Esse é primeiro discurso histórico-político da sociedade, em contraposição ao filosófico-jurídico.¹³⁸

Considera esse discurso importante na sociedade ocidental, pois, segundo ele, foi o primeiro a se constituir rigorosamente como um discurso histórico-político. O primeiro motivo seria porque o sujeito que fala nesse discurso não procura a posição “do sujeito universal, totalizador ou neutro”.¹³⁹ Nessa luta geral a que se refere, aquele que diz a verdade, o que narra a história, esta necessariamente, de um lado ou de outro da batalha, já que trabalha para uma vitória particular. Portanto, a verdade neste discurso é sempre perspectiva, ela só visa à totalidade atravessando-a do seu ponto de vista, da sua posição de combate¹⁴⁰:

É o fato de pertencer a um campo – a posição descentralizada – que vai permitir decifrar a verdade, denunciar as ilusões e os erros pelos quais fazem que você acredite – os adversários fazem você acreditar – que estamos num mundo ordenado e pacificado. “Quanto mais eu me descentro, mais vejo a verdade; quanto mais eu acentuo a relação de força, quanto mais eu me bato, mais efetivamente a verdade vai se manifestar à minha frente, e nessa perspectiva do combate, da sobrevivência ou da vitória.” E, inversamente, se a relação de força libera a verdade, a verdade, por sua vez, vai atuar, e em última análise só é procurada, na medida em que puder efetivamente se tornar uma arma na relação de força.¹⁴¹

A segunda razão destaca a inversão das polaridades tradicionais de inteligibilidade, pois esse discurso postula a sua explicação por baixo. A parte de baixo, nessa explicação, porém, não é a mais clara e a mais simples, mas o lado mais confuso, mais obscuro, mais desordenado e o mais condenado ao acaso. Foucault fala que essa explicação pela parte de baixo tem como princípio esclarecer, sob a aparente ordem da sociedade, a convulsão das batalhas, das violências e das contingências.¹⁴²

A última razão para ele considerar o discurso histórico-político importante é que ele se desenvolve inteiramente na dimensão histórica. Para esse discurso, não se trata de tomar a História como um dado superficial, que se deveria ordenar em alguns princípios estáveis e fundamentais. Trata-se, entretanto, de redescobrir o passado esquecido das

¹³⁸ Ibid., p; 55-56.

¹³⁹ Ibid., p. 60.

¹⁴⁰ Ibid., p.61.

¹⁴¹ Ibid., p. 61-62.

¹⁴² Ibid., p. 63-64.

lutas reais, das vitórias efetivas e das derrotas. Sob a lei, a estabilidade do direito e a verdade, é preciso mostrar os gritos de guerra e a dissimetria das forças.¹⁴³

É fundamental acompanhar a genealogia do discurso da guerra apresentado nessas aulas porque tratam detalhadamente de como a relação intrínseca entre História, guerra e poder foi constituída por um discurso característico. Igualmente importante porque é possível perceber através dessa análise levantamentos significativos para entendermos as especificidades das questões, dos problemas, dos temas e dos métodos propostos por Foucault em sua obra.

Foucault pretende mostrar, então, como esse discurso da guerra, mais especificamente da guerra das raças¹⁴⁴, funcionou ao longo dos séculos XVII e XVIII – de certa forma até o século XIX, quando convertido em um discurso racista na perspectiva biológico-médica – como uma contra-história. Conforme explica em sua aula do dia 28 de janeiro, “de uma maneira talvez um tanto apressada ou esquemática, mas em suma bastante justa quanto ao essencial”, o discurso dos historiadores permaneceu por muito tempo ligada aos rituais de poder, como uma espécie de cerimônia que servia de justificação e fortalecimento desse poder: ou seja, expressar o seu direito vinculando os homens ao poder através da continuidade da lei, seja por uma função genealógica (não no sentido empreendido por Foucault) vinculando-os aos ancestrais, seja por uma função de memorização dos rituais de poder. Esse foi o tipo de história exercido durante a Antiguidade e de certa forma durante a Idade Média, que busca seu pertencimento ao passado romano.¹⁴⁵ É em oposição a este tipo de discurso que Foucault opõe o discurso das raças como uma contra-história. É quando o discurso histórico não será mais o da soberania, mas o do enfrentamento das raças; quando a memória, neste discurso histórico, não serve mais ao brilho e a manutenção do poder, mas tem a função de mostrar o que é o poder e que por trás dele encontramos o acaso e as injustiças da batalha.¹⁴⁶

Nesse sentido, Foucault vê esse discurso da guerra das raças aparecer, primeiramente, na Inglaterra do século XVII. Ele faz parte de um programa de ação

¹⁴³ Ibid., p. 65-66.

¹⁴⁴ “[...] fica bem claro que essa palavra mesma – ‘raça’ – não é pregada a um sentido biológico estável. No entanto, essa palavra não é absolutamente variável. Ela designa, finalmente, uma certa clivagem histórico-política, ampla sem dúvida, mas relativamente fixa. Dirão, e nesse discurso dizem, que há duas raças quando se faz a história de dois grupos que não têm a mesma origem local [...] dois grupos que só formaram uma unidade e um todo político à custa de guerras, de invasões, de conquistas, de batalhas, de vitórias e de derrotas, em suma, de violências”(FOUCAULT, M. Em defesa da sociedade, p. 90)

¹⁴⁵ FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade. São Paulo. Martins Fontes, 2000, p. 75-80.

¹⁴⁶ Ibid., p. 83-84.

política e funciona a partir de certo esquema binário de oposição que permite decifrar, em toda sua extensão histórica, todo um conjunto de instituições em termos de enfrentamento. Com os ingleses do século XVII, a revolta é formulada como se fosse um direito absoluto. Tem-se direito a ela, não somente porque não foi possível fazer-se ouvir, mas também porque é necessário romper a ordem para estabelecer uma justiça mais justa. A revolta, nesse momento histórico específico, justifica-se pela necessidade da História, e corresponde à ordem social que é a da guerra. É, dessa forma, que “a necessidade lógica e histórica da revolta vem inserir-se no interior de toda uma análise histórica que põe a nu a guerra como traço permanente das relações sociais, como trama e segredo das instituições e dos sistemas de poder”.¹⁴⁷

O que interessa a Foucault recuperar, nos textos dos *Levellers* e dos *Diggers*¹⁴⁸, é a formulação da ideia de que toda lei, toda forma de soberania, todo tipo de poder, sejam eles quais forem, “devem ser analisados não nos termos do direito natural e da constituição da soberania, mas como o movimento indefinido – e indefinidamente histórico – das relações de dominação de uns sobre os outros”.¹⁴⁹

Se existia na Inglaterra uma dualidade racial que articulava a História, na França, até o fim do século XVII, não havia nenhuma heterogeneidade no campo da nação, permitindo uma continuidade na transmissão do poder. É exatamente essa homogeneidade que será quebrada no final do século XVII, por um discurso preocupado em protestar contra o saber dos reis acerca dos seus súditos, que era feito inteiramente pelo aparelho administrativo do Estado. Esse saber, produzido dessa maneira, estava grudado no próprio soberano, e permitia ao rei fazer com que reinasse sobre o país uma vontade sem limites. É, nesse contexto, que aparece o historicismo francês e, com ele, o discurso histórico-político de Boulainvilliers, historiador ligado à corte de Luis XIV e encarregado de redigir um relatório sobre a economia, as instituições e costumes da França.¹⁵⁰

De forma semelhante a da Inglaterra, aparece na França um novo campo histórico, mas que trata de elaborar um conjunto de conhecimentos sobre o Estado, o governo, o país, e que tentou constituir o saber do Rei. O alvo do discurso de Boulainvilliers e de todos os historiadores ligados à reação nobiliária é o mecanismo saber-poder que vincula o aparelho administrativo ao absolutismo do Estado. Essa

¹⁴⁷ Ibid., 130-132.

¹⁴⁸ Movimentos de trabalhadores do campo da Inglaterra do século XVII.

¹⁴⁹ Ibid., p. 131.

¹⁵⁰ Ibid., p. 150-153.

crítica se dava porque a nobreza, empobrecida e repelida de uma parte de seu exercício de poder, adota como objetivo não tanto a reconquista imediata de seus poderes, nem a recuperação de suas riquezas, mas um elo que ela havia menosprezado e que foi ocupado pela Igreja, pelos magistrados, pelos burgueses e pelos administradores públicos. Trata-se de reconquistar um saber comum aos reis e aos nobres através de um contra-saber. Foucault se refere a essa expressão, pois essa reação nobiliária vai adotar um trabalho que tomou a forma de uma pesquisa histórica, em oposição a duas faces de um saber administrativo e jurídico.¹⁵¹

Nesse novo discurso histórico da nobreza, aparece um novo sujeito. Ele vai reorientar o passado, os acontecimentos, as derrotas e as vitórias, ao narrar a História diferenciando sempre um “eu” e um “nós”. Não há modificação somente nesse aspecto, mas também no próprio objeto da narrativa histórica. Ela passa a falar de algo que passa sob o Estado e perpassa o direito. O sujeito que narra essa história é o que o vocabulário da época define como “nação”, não entendida como uma unidade territorial, mas no seu sentido plural. A nobreza seria, então, uma nação entre nações.¹⁵²

Essa nobreza pretende reativar as teses esquecidas e o sangue derramado pela nobreza do rei, e mostrar o próprio edifício jurídico como uma série de injustiças, abusos e traições cometidos pelo poder monárquico. Se a História sempre tinha sido a que o poder contava sobre si mesmo, o discurso da nobreza quer transformar o seu funcionamento, desfazendo a dependência entre, um lado, a narrativa da História e, de outro, o exercício e o fortalecimento do poder.¹⁵³

Essa análise de Foucault, assim, não quis mostrar uma “história das idéias”, de como a nobreza havia representado suas reivindicações através do discurso histórico, mas, diversamente, uma história específica que nasce como um instrumento de poder e de saber contra a vontade soberana do rei, “a cunha que a nobreza tentou cravar entre o saber do soberano e os conhecimentos da administração”.¹⁵⁴

Entre os temas discutidos por Foucault acerca desse discurso, pretendo ater-me àquele que se refere à primazia geral concedida à guerra, ou seja, o papel que a narrativa de guerra desempenha no discurso de Boulainvilliers. Para utilizar a guerra como analisador geral da sociedade, ele a faz passar por três generalizações.¹⁵⁵

¹⁵¹ Ibid., p. 156.

¹⁵² Ibid., p. 160.

¹⁵³ Ibid., p. 157-158.

¹⁵⁴ Ibid., p. 162-163.

¹⁵⁵ Ibid., p. 186.

Primeiramente, em relação aos fundamentos do direito: para Boulainvilliers a guerra não interrompe o direito, mas o envolve inteiramente. Ela envolve, até e principalmente, os direitos naturais, tornando-os irrealis, abstratos e fictícios. Para ele, em nenhuma sociedade há direitos naturais, mas, por toda a parte estão presentes as desigualdades, as violências e as guerras.¹⁵⁶

Em segundo, com relação à forma de batalha:

*A guerra entendida como distribuição das armas, natureza das armas, técnicas de combate, recrutamento, retribuição dos soldados, impostos destinados ao exército; a guerra como instituição interna e não mais como evento bruto da batalha: é isso que, nas análises de Boulainvilliers, é operador (...). É dessa formidável generalização da guerra com relação ao que ela ainda era entre os historiadores do século XVII que, é evidente, confere a Boulainvilliers a importante dimensão que eu tento lhes mostrar.*¹⁵⁷

Por último, com relação à invasão e à revolta: para Boulainvilliers era importante mostrar como certa relação de força, que tinha sido manifestada pela invasão e pela batalha, obscuramente, se inverteu. O problema fundamental, assim, é o da passagem da força para a fraqueza, e da fraqueza para a força. A História aparece, nesse momento, como um cálculo de forças¹⁵⁸:

*Até o século XVII a guerra era mesmo, essencialmente, a guerra de uma massa contra outra massa. Boulainvilliers, por sua vez, faz a relação da guerra penetrar em toda a relação social, vai subdividi-la por mil canais diversos e mostrar a guerra como uma espécie de estado permanente entre grupos, frentes, unidades táticas, de certo modo, que se civilizam uns aos outros, se opõem uns aos outros, ou, ao contrário, se aliam uns com os outros.*¹⁵⁹

Nas análises de Boulainvilliers, a guerra é um princípio de inteligibilidade da sociedade, ou seja, é a guerra que deixa a sociedade inteligível. Boulainvilliers recupera, ao fazer a relação de força intervir como uma guerra contínua no interior da sociedade, uma certa análise que se encontra em Maquiavel, mas com uma diferença fundamental: nele, a relação de força era descrita como uma técnica política a ser posta entre as mãos do soberano. A partir de Boulainvilliers, a relação de força é um objeto histórico que alguém que não o soberano, mas algo como uma nação, pode situar e determinar no interior de sua história. Dessa forma, a relação de força, que era um objeto político, em Maquiavel, torna-se, em Boulainvilliers, um objeto histórico-político. “A organização

¹⁵⁶ Ibid., p. 186.

¹⁵⁷ Ibid. p. 190.

¹⁵⁸ Ibid., p. 192.

¹⁵⁹ Ibid., p. 194.

de um campo histórico-político começa assim. O funcionamento da história na política, a utilização da política como cálculo das relações de força na história”.¹⁶⁰

É a partir dessa noção de Boulainvilliers que se chega à ideia de que a guerra foi a matriz de verdade do discurso histórico. Ao contrário do que diziam a filosofia e o direito, a verdade não começa onde cessa a violência. Foi exatamente quando a nobreza começou a travar uma guerra política, contra o terceiro estado e contra a monarquia, foi quando a nobreza, no interior dessa guerra e pensando na História como guerra, que o discurso histórico, tal como o conhecemos, pôde se estabelecer.¹⁶¹ É assim que podemos conceber a genealogia de Foucault que, ao fazer da guerra o princípio de inteligibilidade da História, tal como Boulainvilliers, produz, também, uma contra-história e uma contra-filosofia.

Foucault entende que para Boulainvilliers, a relação de força e o jogo do poder são a substância da História. Se há História, se há acontecimentos, se algo precisa ser guardado pela memória, é porque, entre os homens, atuam relações de poder, relações de força, e jogos de poder. Tendo a narrativa histórica e o cálculo político o mesmo objeto que Foucault percebe, em Boulainvilliers pela primeira vez, um contínuo histórico-político.¹⁶²

Esse contínuo histórico-político também é constituído por uma outra questão. Quando Boulainvilliers narra a História, ele tem um projeto preciso e específico: dar à nobreza uma memória que ela perdeu, e um saber que ela sempre menosprezou. Desse modo, narrar a História não é somente descrever uma relação de forças, como também não se trata de reutilizar, em proveito da nobreza, uma inteligibilidade que era do governo. O objetivo de Boulainvilliers é modificar as relações de força, portanto a história não é somente um analisador ou decifrador das forças. “Em consequência, o controle, o fato de ter razão na ordem do saber histórico, em resumo, dizer a verdade da história, é por isso mesmo ocupar uma posição estratégica decisiva”.¹⁶³ Resumindo, Foucault sugere que a constituição desse campo histórico-político se deu, então, com a passagem de uma história que tinha por função dizer o direito narrando as façanhas para uma história que decifra a guerra perpassando todas a sociedade:

¹⁶⁰ Ibid., p. 196-197.

¹⁶¹ Ibid., p. 197.

¹⁶² Ibid., p. 202.

¹⁶³ Ibid., p. 204.

Logo, a história tornou-se um saber das lutas que se estende por si mesmo e funciona num campo de lutas: um combate político e saber histórico, estão, daí em diante, ligados um ao outro. E, se por certo é verdade que nunca houve enfrentamentos que não fossem acompanhados de recordações, de memoriais, de diversos rituais de memorização, eu creio que agora, a partir do século XVIII – e é aí que a vida e o saber políticos começam a inserir-se nas lutas reais da sociedade –, a estratégia, o cálculo imanente a essas lutas vão articular-se baseados num saber histórico que é decifração e análise das forças. Não se pode compreender como o saber histórico tornou-se, a partir do século XVIII, um elemento de luta: a um só tempo descrição das lutas e arma na luta. Logo, organização desse campo histórico-político. A história nos trouxe a idéia de que estamos em guerra, e fazemos a guerra através da história.¹⁶⁴

É, nesse momento, que o filósofo discute a noção de *historicismo* que, segundo Foucault, foi muito criticada seja pela Filosofia seja pelas Ciências Humanas em geral por ser medíocre e não se sustentar cientificamente. Mesmo a História ou uma Filosofia da História procurou escapar ao que poderia ser uma inclinação ao historicismo. Foucault, entretanto, interessa-se por esse historicismo que a modernidade filosófica, científica e política tentou conjurar.¹⁶⁵ Para ele, esse modo de narrar a História deve ser definido da seguinte maneira:

eu creio que o historicismo nada mais é senão (...) esse nó, essa dependência incontornável da guerra à história e, reciprocamente, da história à guerra. O saber histórico, por mais longe que vá, jamais encontra nem a natureza, nem o direito, nem a ordem, nem a paz. Por mais longe que vá, o saber histórico só encontra o indefinido da guerra, isto é, as forças com suas relações e seus enfrentamentos, e os acontecimentos nos quais se decidem, de uma maneira sempre provisória, as relações das forças.¹⁶⁶

Além disso, essa guerra nunca poderá ser dominada pela História, pois esta não poderá encontrar as leis fundamentais e essenciais daquela, exatamente porque a própria guerra sustenta esse saber, passa por ele, atravessando-o e determinando-o. Esse saber não pode ser nada mais que uma arma, um dispositivo tático no interior dessa guerra. Essa intrínseca relação entre História e guerra é caracterizada por Foucault da seguinte maneira: “A guerra se trava, portanto, através da história, e através da história que a narra. E, de seu lado, a história nunca pode decifrar senão uma guerra que ela própria faz ou que passa por ela”.¹⁶⁷

¹⁶⁴ Ibid., p. 205.

¹⁶⁵ Ibid., p. 206.

¹⁶⁶ Ibid., p. 206.

¹⁶⁷ Ibid., p. 206.

Foucault identifica neste historicismo o problema de uma circularidade indissociável entre o saber histórico e as guerras que são ao mesmo tempo narradas por ele e que, porém, o perpassam. Problema que para ele se apresenta como uma tarefa: “analisar essa relação perpétua e incontornável entre a guerra narrada pela história e a história perpassada por essa guerra que ela narra”.¹⁶⁸

Neste momento podemos voltar às primeiras aulas do curso onde Foucault localiza seu discurso no campo das lutas sociais contemporâneas. Nos últimos quinze anos, anunciou ele, a mobilização social tomou a forma de críticas sociais e autônomas, que foram legitimadas não pela adoção de normas comuns, mas pelo emprego de táticas específicas. Assim, experimentamos o que ele chamou a “insurreição dos saberes sujeitos”, que inclui tanto os saberes “baixos”, populares (do delinquente, do enfermo, do paciente psiquiátrico), quanto os saberes “altos”, eruditos. A erudição implicou recuperar conteúdos históricos que foram enterrados ou mascarados. Para ele, somente o aparecimento de conteúdos históricos permitiram a crítica efetiva, pois somente eles “podem permitir descobrir a clivagem dos enfrentamentos e das lutas que as ordenações funcionais ou as organizações sistemáticas tiveram como objetivo justamente mascarar”.¹⁶⁹ Foucault neste curso dedica importantes reflexões sobre a história, posicionando sua genealogia em relação a estas críticas que puderam emergir historicamente em momentos de crise do pensamento.

Portanto, no campo das lutas, a genealogia se define como o acoplamento do saber erudito com as memórias locais. Para o autor, esse acoplamento tem um objetivo político: a constituição de um saber histórico que dê conta das lutas para, então, atualizá-lo nas táticas atuais. Sendo assim, a genealogia se define como uma anticiência no sentido de que reivindica a insurreição destes saberes locais contra os efeitos centralizadores do poder, que um discurso considerado científico exerce sobre outros saberes. O objetivo, segundo Foucault, é dessujeitar os saberes históricos e torná-los capazes de exercer uma oposição contra a coerção dos discursos totalizadores na atualidade.¹⁷⁰

Analisando seu trabalho anterior, Foucault destacou que seu projeto sempre consistiu na reativação dos saberes locais dentro de uma perspectiva de ação política: foi a análise das muitas dimensões do poder, seus desdobramentos, seus efeitos em

¹⁶⁸ Ibid., p. 207.

¹⁶⁹ Ibid., p. 11.

¹⁷⁰ Ibid., p. 13.

áreas e níveis distintos da sociedade.¹⁷¹ Assim como no século XVIII, Boulainvilliers e seus contemporâneos aristocratas lutaram contra um dado discurso da monarquia, produzido pelos intendentes e pelos juristas, resgatando todo um conhecimento e uma memória da luta e da dominação, esses “saberes sujeitados”, a partir da segunda metade do século XX, também objetivavam resgatar a memória dos combates sepultados. É, nesse sentido, que Foucault denomina esses últimos embates de “pesquisas genealógicas múltiplas”, porque significavam, ao mesmo tempo, a redescoberta exata das lutas e a memória bruta dos combates.¹⁷²

Conforme nos propõe Alexandre Fontana, esse curso ocupa um posição estratégica nas obras de Foucault: “é uma espécie de pausa, de momento de interrupção, de virada, decerto, em que ele avalia o caminho percorrido e traça as linhas das pesquisas vindouras”.¹⁷³ Assim podemos entender a declaração que o filósofo concede em sua primeira aula, onde, apesar de colocar que sua intenção era encerrar, certo ponto, uma série de pesquisas “que vimos fazendo há quatro ou cinco anos [...] sem chegar a formar um conjunto coerente nem uma continuidade”¹⁷⁴, entende que elas se justificam no contexto das lutas contemporâneas¹⁷⁵:

*Eram pesquisas fragmentárias, nenhuma das quais chegou finalmente a seu termo, e que nem sequer tinha uma sequência; pesquisas dispersas e, ao mesmo tempo, muito repetitivas, que caíam no mesmo ramerrão, nos mesmos temas, nos mesmos conceitos. Eram pequenas conversas sobre a história do processo penal; alguns capítulos referentes à evolução, a institucionalização da psiquiatria no século XIX; considerações sobre a sofística ou sobre a moeda grega, ou sobre a Inquisição na Idade Média; o esboço de uma história da sexualidade ou, em todo caso, de uma história do saber da sexualidade através das práticas de confissão no século XVII ou dos controles da sexualidade infantil nos séculos XVIII-XIX; a localização da gênese de uma teoria e de um saber da anomalia, com todas as técnicas a que lhe são vinculadas.*¹⁷⁶

Frente a estas pesquisas que Foucault encara fragmentárias, se compara a um cachalote que saltando para a superfície, deixa um rastro de espuma, e que faz acreditar, ou realmente acredita, onde não pode mais ser visto, seguir uma “trajetória profunda, coerente e refletida”.¹⁷⁷

¹⁷¹ Ibid., p. 13.

¹⁷² Ibid., p. 13.

¹⁷³ FONTANA, Alessandro. “Situação do curso”. IN: *Em defesa da sociedade*. São Paulo. Martins Fontes, p. 329.

¹⁷⁴ FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo. Martins Fontes, p. 6.

¹⁷⁵ Ibid., p. 8.

¹⁷⁶ Ibid., p. 6.

¹⁷⁷ Ibid., p. 7.

CONCLUSÃO

Longe de um consenso acerca da contribuição de Michel Foucault para a historiografia, desde a publicação de seus primeiros livros inúmeros debates e diversos contatos se estabeleceram entre o filósofo francês e a classe dos historiadores propriamente ditos. É importante lembrar, no entanto, que Foucault nunca se pretendeu historiador, apesar do forte sentido histórico demonstrado ao longo de suas obras. Na esteira de Nietzsche, acreditava que tudo é histórico e somente a história possibilitaria uma crítica da nossa atual situação. Os trabalhos e séries de estudos históricos que se sucedem à sua eleição ao cargo de professor no *Collège de France*, e descritos aqui através dos resumos e dos cursos publicados, permitem uma reflexão sobre o uso que Foucault fez da história neste período consagrado à cátedra em uma das máximas instituições de ensino francesas. Cabe uma ressalva: o estudo aqui apresentado se refere a um momento preciso do pensamento de Foucault, relativo aos cursos ministrados entre 1970 e 1976, portanto não se pretende uma reflexão com pretensões de abarcar como um todo a obra e o pensamento de Foucault, que se caracterizou por sempre reatualizar e repensar o sentido de seus estudos à luz de suas preocupações momentâneas.

A meu ver, estes cursos ministrados sob o título de *História dos Sistemas de Pensamento*, em que Foucault desenvolveu importantes estudos sobre as relações entre poder, saber e verdade, se apresentam como ponto de confluência tanto da sua concepção de história, como do seu modo utilização em seus embates e causas políticas do período. Em um de seus ensaios mais brilhantes onde desenvolve uma reflexão de cunho historiográfico baseado em Nietzsche, Foucault claramente colocava sua visão de conhecimento completamente imbricada com a função política que ele poderia desempenhar: “É que o saber não é feito para compreender, ele é feito para cortar”.¹⁷⁸

O biógrafo James Miller nos coloca que Foucault, quando consagrado a um dos cargos mais prestigiados do ensino superior francês, exerceu seus deveres como professor levando com seriedade os princípios da instituição. Por outro lado, explorou sua fama como professor no *Collège de France* para seus próprios propósitos políticos,

¹⁷⁸ FOUCAULT, Michel. “Nietzsche, a genealogia e a história”. IN: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro. Edições Graal, 2008, p. 26.

assim pudemos ver, dois meses após sua aula inaugural, em fevereiro de 1971, Foucault anunciando o seu *Groupe d'information sur les prisons* (GIP).¹⁷⁹

Os cursos ministrados por Foucault durante o período aqui estudado foram pesquisas que falaram da formação da psiquiatria, das instituições penais, de um certo saber sobre a sexualidade das crianças e sobre o conceito de anormal. Foram apresentações que trataram da intrínseca relação entre o saber e poder na produção da verdade e dos sujeitos. Estes estudos foram realizados através de uma singular análise de discursos que os toma na materialidade de sua existência e de sua história. Não entendendo o discurso como uma transcrição da realidade, nega-lhe um sentido simbólico para atribuir-lhe uma função estratégica em um jogo de relações de poder. O discurso enquanto acontecimento “anunciando as múltiplas relações do saber e poder, e a obrigação de nos tornarmos conscientes dos efeitos políticos que, neste ou naquele momento da história, produz o antigo desejo de destrinçar o verdadeiro do falso”.¹⁸⁰

Foucault mostra como práticas sociais dão condições de possibilidades para determinadas práticas discursivas; nelas destrinchou a matriz de poder-saber que, não só dá forma a determinados tipos de conhecimento sobre o sujeito, mas organiza dadas instituições e práticas sociais e estabelece certas funções e posições aos indivíduos. O filósofo assim demonstra como a própria noção de verdade-conhecimento esta inserida em uma dimensão política. A transformação histórica obedecendo ao acaso da luta. É assim que Foucault vai entender a emergência, no século XIX, de uma sociedade de tipo disciplinar. É no nível particular do poder-saber em que os discursos, enquanto práticas discursivas, se mostram como acontecimentos em uma rede práticas sociais, que o autor toma como objeto de análise em sua *história dos sistemas de pensamento*. Os sistemas de pensamento seriam, então, uma racionalidade que dá forma a determinadas organizações sociais.

Tomo provisoriamente este termo “racionalidade”, pois é um termo utilizado em um dos pontos de um interessante debate que se seguiu à publicação de um dos principais livros de Foucault, *Vigiar e Punir*, no qual traça com grande clareza a formação de uma sociedade disciplinar tomando como objeto de estudo a emergência da prisão como forma de penalidade. O debate foi publicado sob organização de Michele Perrot com o título *A impossível prisão*. Ele se deu com publicação de um texto intitulado *O historiador e o filósofo* pelo historiador social Jacques Léonard, que

¹⁷⁹ MILLER, James. *The Passion of Michel Foucault*. New York. Simon & Schuster, 1993, p. 184-185.

¹⁸⁰ BLANCHOT, Maurice. *Foucault como o imagino*. Lisboa. Relógio d'Água Editores, 1999, p. 40-41.

levantou várias questões acerca do método e das incompreensões que Foucault causou nos historiadores com o seu livro sobre as prisões. A réplica de Foucault intitulada *A poeira e a nuvem* foi incluída no livro juntamente com a transcrição de uma discussão que ocorreu em 1978 entre ele e um grupo de historiadores. Entre estes historiadores, podemos citar os de grande renome, e que atestam, de certa forma, a importância que o filósofo francês provoca no debate da disciplina histórica: Maurice Agulhon, Arlette Farge, Carlo Ginzburg, Jacques Revel e Jacques Léonard.¹⁸¹ Apesar do debate estar centrado no estudo realizado em *Vigiar e Punir*, a discussão nos serve para uma melhor compreensão dos seus estudos apresentados no *Collège de France*, clarificando a noção que este tem à respeito do que seriam os *sistemas de pensamento*.

Como poderia Foucault descrever uma realidade passada e praticar uma história sem mencionar a ação de sujeitos? Não estaria Foucault em seus estudos passando despercebido da realidade ao descrever as práticas discursivas em sua idealidade afastada do seu efeito sobre a sociedade? Seguindo por um caminho bastante peculiar, questionou o próprio princípio implícito em toda a história social de que a sociedade constitui a realidade a ser estudada:

*Devemos desmistificar a instância global do real como realidade a ser restituída. Não existe “o” real ao qual se poderia recorrer sempre quando se falasse de tudo ou de certas coisas mais “reais” que as demais, e que não escapariam, em ordens de abstrações inconsistentes, se nos limitamos a fazer aparecer outros elementos e outras relações. Também deveríamos interrogar o princípio, com frequência implicitamente admitido, de que a única realidade a que a história deveria pretender é a própria sociedade. Um tipo de racionalidade, uma maneira de pensar, um programa, uma técnica, um conjunto de esforços racionais e coordenados, uns objetivos definidos e continuados, uns instrumentos para alcança-los, etc., tudo isso é o real, ainda que não pretenda ser “a realidade” mesma nem toda a “sociedade”. E a gênese desta realidade, a partir do momento que se faz intervir nela elemento pertinentes, é perfeitamente legítimo.*¹⁸²

Em suas histórias, Foucault tentava romper com as convenções e limites da disciplina. Vai buscar no cerne da civilização ocidental, o princípio organizador do poder, estudando-o através das tecnologias do poder, não através das classes, do progresso ou da ação dos sujeitos. Para Foucault o poder não é característico, tampouco uma posse, de uma classe ou um grupo de sujeitos. Para ele o poder é uma estratégia atribuível à funções, disposições, manobras, táticas, técnicas.

¹⁸¹ PERROT, Michele (org.). *La Impossible Prisión: debate con Michel Foucault*. Barcelona. Editorial Anagrama, 1982, p. 55.

¹⁸² *Ibid.*, p. 46 [Trad. do autor].

Assim é possível conceber, ou dar uma compreensão, ao título de sua cátedra. Por *sistemas de pensamento*, Foucault não tentava explicar a realidade como um todo – ou o modo com os indivíduos estruturam seus pensamentos, mentalidades, cultura, etc. –, mas ver que elementos de realidade constituem os projetos de racionalidade que governam os indivíduos, e com os quais os indivíduos governam uns aos outros. Como nos comenta Margareth Rago:

*[...] os historiadores ficaram perplexos com um tipo de pensamento que se recusava a partir dos sujeitos e da sociedade para construir sua interpretação histórica e que, aliás, colocava sua própria existência em dúvida. Tratava-se, pois, de uma nova maneira de problematizar a História, de pensar o evento e as categorias através das quais se constrói o discurso do historiador. Não uma discussão sobre a narrativa propriamente dita, mas sobre as bases epistemológicas de produção da narrativa enquanto conhecimento histórico. Ao invés de partir da famosa estrutura social, representada enquanto “realidade objetiva” tanto para os marxistas quanto para os não-marxistas, para explicar as práticas políticas, econômicas, sociais, sexuais, artísticas de determinados grupos sociais, propunha-se, então, pensar como haviam sido instituídas culturalmente as referências paradigmáticas da modernidade em relação ao próprio social, à posição dos sujeitos, ao poder e às formas de produção do conhecimento.*¹⁸³

Foucault também se negava a enxergar um processo unitário e totalizador de racionalidade nas sociedades ocidentais. Assim como em *As palavras e as coisas* não pretendeu fazer “a” arqueologia das ciências humanas, porém “uma” entre as possíveis, em sua cátedra podemos dizer que não estudou “o” sistema/racionalidade de pensamento das sociedades ocidentais do século XIX, mas “os sistemas”. Suas análises foram sempre locais e determinadas: "Infelizmente, não sou capaz de fazer essas altas especulações [...] Se fosse isso, seria maravilhoso. Infelizmente, o material absolutamente modesto manipulado por mim não me permite um tratamento tão régio".¹⁸⁴

Segundo Foucault deve-se limitar à palavra racionalidade um valor relativo e instrumental e ver como, em um sistema de práticas, se inscrevem determinadas formas de racionalização, pois é certo que não há prática sem um certo regime de racionalidade. Tentou analisar isso através de dois eixos: por um lado através da Codificação-Prescrição (de que maneira se constituem códigos, receitas, etc.), e por outro através da

¹⁸³ RAGO, Margareth. O efeito Foucault na historiografia brasileira. Disponível em: <http://www.flch.usp.br/sociologia/temposocial/site/images/stories/edicoes/v0712/efeito.pdf>. Acesso em: 09/11/2011.

¹⁸⁴ FOUCAULT, Michel. 1973 – Da Arqueologia à Dinástica. Respostas a certas críticas. IN: Ditos e escritos IV. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2006, p. 52.

formulação Verdadeira e Falsa (de que maneira determina um campo de objetos sobre os quais é possível articular proposições verdadeiras ou falsas). Se estudou as práticas de internamento do louco, da medicina clínica, a organização das ciências empíricas, ou do castigo legal, foi para estudar este jogo entre um "código" que regula determinadas maneiras de fazer (que prescreve como selecionar as pessoas, como examiná-las, como classificar as coisas e os símbolos, como amestrar os indivíduos) e uma produção de discursos verdadeiros que servem de fundamento, de justificação, de razão de ser e princípios de transformação destas maneiras de fazer.¹⁸⁵

O esquema racional de organização da prisão ou do hospital não são princípios gerais que uma análise retrospectiva poderia encontrar, mas são programas explícitos, a idealidade que eles carregam é a de um programa que pode ficar em suspenso, não a de um significado geral que estaria oculto; a "disciplina" não seria um "tipo ideal" (o do homem disciplinado), é a generalização e a conexão entre diferentes técnicas que, a sua vez, tiveram que responder alguns objetivos locais (aprendizado escolar, formação dos exércitos, etc.) – não é a ideia da idealidade de um programa que impor a desordem da realidade –, Foucault não supõe que estes programas se dão integralmente através do corpo das instituições; trata-se, portanto, de ver o jogo em que diferentes realidades articulam-se entre si: um programa, o vínculo que o explica, a lei que lhe dá valor coercitivo. Estes não são menos reais que a instituição que lhes dá corpo ou que os comportamentos que, mais ou menos fielmente, se adequam a eles.¹⁸⁶

Podem dizer-me que nada ocorre como nos "programas" [...] Ao que eu responderei: se quisesse descrever a "vida real" das prisões, não haveria me dirigido a Bentham. Mas que esta vida real não se encontra na forma ou no esquema dos teóricos, não significa que estes esquemas sejam utópicos, imaginários, etc. Seria ter uma ideia bem pobre do real. Por uma parte, sua elaboração responde a toda uma série de práticas ou estratégias diversas: como, por exemplo, a busca de mecanismos eficazes, contínuos, bem medidos, que é, sem dúvida uma resposta a inadequação entre as instituições do poder judicial e as novas formas da economia, da urbanização, etc.¹⁸⁷

É uma proposta de estudo diversa. Enquanto uma História deseja analisar um dado período e, para isso, seria essencial o tratamento exaustivo de todo o material, assim como um exame detalhado da cronologia; para Foucault o objetivo é atentar para um problema que surge em um dado momento. A realização desse trabalho, dessa

¹⁸⁵ PERROT, Michele (org.). *La Impossible Prisión: debate con Michel Foucault*. Barcelona. Editorial Anagrama, 1982, p. 65-66.

¹⁸⁶ *Ibid.*, p. 68-69.

¹⁸⁷ *Ibid.*, p. 70 [Trad. do autor].

maneira, dependeria de outros parâmetros: escolher o material em função dos dados do problema, focalizar a análise sobre os elementos que possam ajudar a resolvê-lo, e estabelecer as relações que permitem essa resolução.¹⁸⁸ Assim, o trabalho de Foucault é desenvolvido mediante a utilização de dois conjuntos metodológicos: por um lado o conjunto crítico, no qual são descritos as misérias e os processos de rarefação que permearam a história dos discursos através da análise dos seus mecanismos repressivos e seus procedimentos de exclusão e controle; e por outro, o conjunto genealógico que procura analisar a forma pela qual, através das relações de poder, emergiram historicamente discursos produtores de verdade:

*[...] fizeram de mim o melancólico historiador das proibições e do poder repressivo, alguém que sempre conta histórias bipolares: a loucura e seu enclausuramento, a anomalia e sua exclusão, a delinquência e seu aprisionamento. Ora, meu problema sempre esteve ao lado de um outro pólo: a verdade. Como o poder que se exerce sobre a loucura produziu o discurso “verdadeiro” da psiquiatria? O mesmo em relação à sexualidade: retomar a vontade de saber onde o poder sobre o sexo se embrenhou. Não quero fazer a sociologia histórica de uma proibição, mas a história política de uma produção de “verdade”.*¹⁸⁹

Assim James Millner pôde se referir ao exercício de professor no *Collège de France* como sua “*great Nietzschean quest*”.¹⁹⁰ Tendo colocado em questão o estatuto da verdade nos discursos, Foucault vai abandonar a ideia de verdade-conhecimento:

*[...] é que a verdade não existe fora do poder ou sem poder (não é – não obstante um mito, de que seria necessário esclarecer a história e as funções – a recompensa dos espíritos livres, o filho das longas solidões, o privilégio daqueles que souberam se libertar). A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro*¹⁹¹

É assim que em suas obras, a prática política e a produção teórica são constitutivas uma da outra. Assim também, podemos entender a longa apologia que

¹⁸⁸ Ibid., p. 42-43.

¹⁸⁹ FOUCAULT, Michel. “Não ao sexo rei”. IN: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, RJ. Edições Graal, 2008, p. 230.

¹⁹⁰ MILLER, James. *The Passion of Michel Foucault*. New York. Simon & Schuster, 1993, p. 246.

¹⁹¹ FOUCAULT, Michel. “Verdade e Poder”. IN: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, RJ. Edições Graal, 2008, p. 12.

Foucault faz no curso *Em defesa da sociedade* ao discurso histórico como arma em uma luta política. Os problemas a que procura solucionar através da história dizem respeito aos conflitos e questões que o envolvem no presente. Se interessa pelo trabalho dos historiadores, mas para fazer algo diverso, algo que não têm pretensão a uma cientificidade cujas justificativas ou demonstrações teríamos o direito de exigir, pois entende os efeitos de poder que ela acarreta. Uma interessante definição que dá ao seu próprio trabalho em entrevista concedida em 1975:

Eu sou um pirotécnico. Fabrico alguma coisa que serve, finalmente, para um cerco, uma guerra, uma destruição. Não sou a favor da destruição, mas sou a favor de que se possa passar, de que se possa avançar, de que se possa fazer cair os muros. Um pirotécnico é, inicialmente, um geólogo. Ele olha as camadas do terreno, as dobras, as falhas. O que é fácil cavar? O que vai resistir? Observa de que maneira as fortalezas estão implantadas. Perscruta os relevos que podem ser utilizados para esconder-se ou lançar-se de assalto. Uma vez tudo isto bem delimitado, resta o experimental, o tatear. Enviam-se informes de reconhecimento, alocam-se vigílias, mandam-se fazer relatórios. Define-se, sem seguida, a tática que será empregada. Seria o ardil? O cerco? Seria a tocaia ou bem o ataque direto? O método, finalmente, nada mais é que esta estratégia.¹⁹²

Foucault via seus livros como bombas destinadas às lutas e experiências de sua vida pessoal tanto do tempo em que estagiou no hospital em *Saint-Anne*, como da experiência na militância a favor dos presos no GIP. Foucault faz da história um uso instrumental: “É a partir de uma questão precisa que encontro na atualidade, que a possibilidade de uma História se desenha para mim”. Interrogando a História a partir dos seus jogos de possibilidade e impossibilidades, não a partir de sua verdade e da realidade de seu passado: “Eu acredito, seguindo Nietzsche, que a verdade deva ser compreendida em termos de guerra. A verdade da verdade é a guerra”.¹⁹³

Foucault, sobretudo, quer abandonar aquela figura do intelectual portador de valores universais. Para ele, o intelectual deve assumir a função específica dentro da questão verdade/poder:

Parece-me que a politização de um intelectual tradicionalmente se fazia a partir de duas coisas: em primeiro lugar, sua posição de intelectual na sociedade burguesa, no sistema de produção capitalista, na ideologia que ela produz ou impõe [...] em segundo lugar, seu próprio discurso enquanto revelava uma determinada verdade, descobria relações políticas onde normalmente elas não eram percebidas [...] O papel do intelectual não é mais se colocar “um pouco na frente ou um pouco de lado” para dizer a muda

¹⁹² DROIT, Roger-Pol. *Michel Foucault: Entrevistas*. São Paulo, SP. Edições Graal, 2006, p. 69 - 70

¹⁹³ *Ibid.*, p. 98-99

*verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da “verdade”, da “consciência”, do discurso. É por isso que a teoria não expressará, não traduzirá, não aplicará uma prática; ela é uma prática. Mas local e regional, não totalizadora.*¹⁹⁴

Foucault teve a coragem de afirmar que a História é um saber perspectivo, pois as narrativas que fazemos de um dado acontecimento têm a nossa própria participação. Quando se trata de escrever a História, nós estamos em jogo. Assim como Nietzsche, Foucault não pretende acreditar na encenação de que abriríamos mão de nossa individualidade em nome de uma objetividade na qual os outros entrariam em cena para tomar a palavra. O historiador falando em nome da razão da história e da objetividade dos fatos.¹⁹⁵ Por trás dos fatos não existiria uma essência a ser descoberta, por isso Foucault propõe pensar a História como um jogo que tem na luta e na simulação as atividades principais entre os homens. A vida social e a História tendo as mesmas características que definem o que seria uma atividade de um jogo, com estratégias e táticas, que podem estar a serviço da criatividade ou da reação, que podem levar à vitória ou serem derrotadas.¹⁹⁶

*O problema é ao mesmo tempo distinguir os acontecimentos, diferenciar as redes e os níveis a que pertencem e reconstituir os fios que os ligam e que fazem com que se engendrem, uns a partir dos outros. Daí a recusa das análises que se referem ao campo simbólico ou ao campo das estruturas significativas, e o recurso à análise que se fazem em termos de genealogia das relações de força, de desenvolvimentos estratégicos e de táticas. Creio que naquilo que se deve ter como referência não é o grande modelo da língua e dos signos, mas sim da guerra e da batalha. A historicidade que nos domina e nos determina é belicosa e não linguística. Relação de poder, não relação de sentido. A história não tem sentido, o que não quer dizer que seja absurda e incoerente. Ao contrário, é inteligível e deve poder ser analisada em seus menores detalhes, mas segundo a inteligibilidade das lutas, das estratégias, das táticas.*¹⁹⁷

Esse olhar para a guerra e não para a paz, pode ser entendido a partir do uso que ele faz da genealogia de Nietzsche, sempre pronta para minar todas as certezas e, dentre estas, a principal delas é a da História. Assim como a “política é a guerra continuada por

¹⁹⁴ FOUCAULT, Michel. “Os intelectuais e o poder”. IN: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, RJ. Edições Graal, 2008, p. 91.

¹⁹⁵ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. “A História em jogo: a atuação de Michel Foucault no campo da historiografia”. IN: *História: a arte de inventar o passado*. Bauru, SP. EDUSC, 2007, p. 178.

¹⁹⁶ *Ibid.*, p. 172-173.

¹⁹⁷ FOUCAULT, Michel. “Verdade e Poder”. IN: *Microfísica do poder*. São Paulo. Edições Graal, 2008, p. 5.

outros meios”¹⁹⁸, ele faz da genealogia uma história que tem como questão norteadora narrar as relações belicosas, denominada por ele no curso *Em defesa da sociedade* como “Hipótese Nietzsche”.¹⁹⁹ No uso que Foucault faz da genealogia, as perguntas são bem diversas. Para ele, trata-se de entender esse começo a partir de uma invasão, realizada por baixo, da justiça penal pelos mecanismos disciplinares ínfimos:

*[...]tentei mostrar a vocês, justamente a propósito das genealogias que eu falava agora há pouco, a propósito do direito penal, do poder psiquiátrico, do controle da sexualidade infantil, etc., que os mecanismos empregados nessas formações de poder eram algo muito diferente da repressão; em todo o caso, eram bem mais que ela.*²⁰⁰

Nessa direção, a própria verdade se desvela como um silencioso mecanismo circularmente ligado a “sistemas de poder, que a produzem e a apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem. ‘Regime’ da verdade.”²⁰¹ Essa visão de Foucault ainda produz a ideia de que o conhecimento histórico, assim, estaria ameaçado com a possibilidade de ser remetido aos obscuros domínios do irracionalismo, do esteticismo e do reacionarismo político²⁰². Mesmo com todas as ressalvas levantadas por Jacques Léonard em seu texto que tenta estabelecer as diferenças entre “O historiador” e “o filósofo”, ainda assim conclui que Foucault, mesmo se portando como um “bárbaro” a galopar pelos domínios da história opondo sua “nuvem” agitada por “grandes ideias vagas” de história à “poeira” dos “pequenos fatos verdadeiros”²⁰³ dos historiadores, seria um praticante de grande originalidade e sua obra, sobretudo, uma bela construção intelectual.²⁰⁴

¹⁹⁸ FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo. Martins Fontes, 2000, p. 22.

¹⁹⁹ *Ibid.*, p. 24.

²⁰⁰ *Ibid.*, p. 25.

²⁰¹ FOUCAULT, Michel. “Verdade e Poder”. IN: *Microfísica do poder*. São Paulo. Edições Graal, 2008, p. 14.

²⁰² ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. “A História em jogo: a atuação de Michel Foucault no campo da historiografia”. IN: *História: a arte de inventar o passado*. Bauru, SP. EDUSC, 2007, p. 180.

²⁰³ Referência ao título do texto que Foucault escreveu em resposta ao Jacques Léonard, *La poussière et la nuage*, ou, O pó e a nuvem (trad. livre).

²⁰⁴ LÉONARD, Jacques. “El historiador y el filósofo”. IN: PERROT, Michele (org.). *La Impossible Prisión: debate con Michel Foucault*. Barcelona. Editorial Anagrama, 1982, p. 36.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru, SP. EDUSC, 2007.

BLANCHOT, Maurice. *Foucault como o imagino*. Lisboa. Relógio d'Água Editores, 1999.

DREYFUS, Hubert e RABINOW, Paul. *Michel Foucault. Uma trajetória filosófica: Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro, RJ. Forense Universitária, 1995.

DROIT, Roger-Pol. *Michel Foucault: Entrevistas*. São Paulo, SP. Edições Graal, 2006.

ERIBON, Didier. *Michel Foucault 1926 – 1984*. Edição “Livros do Brasil” Lisboa. Lisboa, 1990.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis. Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits I 1954-1969*. Paris. Ed. Gallimar, 1994.

FOUCAULT, Michel. *Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 1997.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo. Martins Fontes, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Os Anormais*. São Paulo. Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro. Nau Editora, 2002.

FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos II. Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos IV. Estratégia, Poder-Saber*. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade vol. 1: A vontade de saber*. São Paulo. Edições Graal, 2006.

FOUCAULT, Michel. *O Poder Psiquiátrico*. São Paulo. Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo. Edições Loyola, 2010.

MACHADO, R. *Ciência e Saber: A trajetória arqueológica de Foucault*. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1981.

MILLER, James. *The Passion of Michel Foucault*. New York. Simon & Schuster, 1993

MUÑOZ, Yolanda. Friedrich Nietzsche como um paradigma? Disponível em: <http://www.pucsp.br/margem/pdf/m16yg.pdf>. Acesso em: 17/09/2011.

NICOLAZZI, Fernando. *As histórias de Michel Foucault*. Disponível em: <http://www.klepsidra.net/klepsidra12/foucault.html>. Acesso em: 23/10/2011.

NIETZSCHE, Friedrich. *A Gaia Ciência*. Editora Escala. São Paulo, 2006.

NIETZSCHE, Friedrich. *Crepúsculo dos Ídolos*. São Paulo. Editora Escala, 2006.

NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral: uma polêmica*. São Paulo. Companhia das Letras, 2009.

PERROT, Michele (org.). *La Impossible Prisión: debate con Michel Foucault*. Barcelona. Editorial Anagrama, 1982.

RAGO, Margareth. O efeito Foucault na historiografia brasileira. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/site/images/stories/edicoes/v0712/efeito.pdf>. Acesso em: 09/11/2011.

REVEL, Judith. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. São Paulo, SP. Claraluz, 2005.

THIELE, L., The Nietzschean Roots of Foucault's Thought. Disponível em: www.jstor.org. Acesso em: 28/10/2011.